

Ata n.º 2/2016

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 27 de janeiro, pelas 15h07, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Ata da sessão anterior.
2. Pessoal
3. Serviço docente no segundo semestre.
4. Órgãos do Conselho Científico.
5. Unidades administrativas técnico-científicas.
6. Mestrados e doutoramentos
7. Avaliação do período experimental de docentes.
8. Relações Internacionais.
9. Cooperação jurídica.
10. Estudos Europeus.
11. Outros assuntos.
12. Informações.

Estiveram presentes, para além do Presidente, os Professores António Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Pedro Pais de Vasconcelos, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Manuel Januário da Costa Gomes, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Jorge Duarte Pinheiro, Margarida Salema, David Duarte, Fernando Loureiro Bastos, Jaime Valle, Nuno Cunha Rodrigues, Gustavo Courinha, Miriam Afonso Brigas, Helena Morão, Ana Gouveia Martins e Maria de Lurdes Pereira. O Professor Eduardo Paz Ferreira foi substituído pela Professora Nazaré Costa Cabral e a Professora Ana Paula Dourado foi substituída pelo Professor Rui Guerra da Fonseca. Esteve ainda presente o Presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, bem como o Mestre Francisco Paes Marques, representante dos assistentes no Conselho Científico.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

a) Iniciada a reunião, em momento anterior à Ordem de Trabalhos foi proposto pelo Presidente do Conselho um voto de felicitações pela eleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República e de que o seu mandato, a iniciar em breve, decorra com o maior sucesso no interesse de Portugal.

Vários membros do Conselho intervieram em seguida associando-se ao voto. O Professor António Menezes Cordeiro sublinhou a importância de a Faculdade ter um seu Professor eleito como Presidente da República e informou que o Professor Eduardo Paz Ferreira lhe pedira que transmitisse ao Conselho a sua associação ao voto. O Professor Pedro Pais de Vasconcelos enfatizou o facto de o Professor Marcelo Rebelo de Sousa ter recorrido ao espaço da Faculdade para proferir o discurso de eleição, pela projecção dada à Escola. O Professor Vasco Pereira da Silva evidenciou a honra para a Faculdade de Direito, em ter o Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas no cargo de Presidente da República, bem como a concordância com a utilização do espaço da Escola, sublinhando a projecção internacional que o evento lhe deu. O Professor Jorge Duarte Pinheiro reforçou a ideia de que se trata do primeiro Professor de Direito que é Presidente da República, embora salientando que a Faculdade já teve outros Presidentes da República que passaram pelos seus bancos. Destacou ainda o carácter simbólico e feliz desta eleição, recordando a matriz republicana da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assente nos valores da liberdade, mérito e modernidade. A Professora Maria João Estorninho sublinhou o orgulho que significava o facto de o Decano da Faculdade ser Presidente da República. O Professor Dário Moura Vicente recordou o papel relevante do Professor Marcelo Rebelo de Sousa no âmbito da Cooperação Jurídica, em especial nos últimos dez anos. As Professoras Maria do Rosário Palma Ramalho, Margarida Salema e os Professores Carlos Blanco de Moraes, Miguel Teixeira de Sousa e Januário da Costa Gomes associaram-se ao voto.

O voto de felicitações foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Conselho foi informado de que o Diretor da Faculdade e o Presidente do Conselho Científico iriam dar conta ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa, da vontade em realizar um almoço ou jantar de homenagem aberto a todos os docentes da Faculdade que se quisessem associar, em momento a definir em função da sua disponibilidade.

Por proposta do Decano do Grupo de Ciências Jurídicas, foi igualmente



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

aprovada por unanimidade que a cadeira do atual Professor Decano da Faculdade no Conselho ficasse vaga até ao limite legal de idade de docência ativa, para o caso de querer comparecer em alguma sessão. Para o efeito continuaria a ser-lhe enviada regularmente a convocatória do Conselho Científico.

b) Findo este assunto, a Professora Maria Fernanda Palma pediu a palavra para dar conta ao Conselho do falecimento do antigo funcionário da Faculdade Sr. Charneca, recomendando que fosse manifestado o pesar da Faculdade à família. O Presidente do Conselho informou que apenas no próprio dia tivera conhecimento do óbito, ocorrido já algum tempo antes e de que havia já sido transmitida à família a manifestação de pesar.

1. Ponto 1 da O.T.

A ata da sessão do Conselho Científico de 6 de janeiro de 2016 foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. O Professor Pedro Pais de Vasconcelos sublinhou que não votava na parte em que esteve ausente na anterior sessão.

2. Ponto 2 da O.T.

a) Foi dado conhecimento ao Conselho que, na sequência da recente aprovação em provas de doutoramento, o docente Pedro Moniz Lopes requerera a contratação como Professor Auxiliar. O Professor Vasco Pereira da Silva sublinhou o brilhantismo com que as provas deste docente tinham decorrido, tendo sido classificadas com 18 valores por unanimidade.

b) Foi dado conhecimento ao Conselho que o Professor Miguel Raimundo tinha sido nomeado Assessor do Gabinete do Primeiro Ministro, manifestando vontade de manter parcialmente a docência na Faculdade *pro bono* com a carga horária de quatro horas. O Professor Vasco Pereira da Silva sublinhou as excelentes qualidades do docente e referiu a conveniência do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas em o manter na distribuição de serviço. O Conselho pronunciou-se favoravelmente por unanimidade.

c) Foi dado conhecimento ao Conselho que o Mestre António Egreja Leitão Amaro, atualmente a exercer funções de Deputado à Assembleia da República, informara que no segundo semestre de 2015/16 pretendia dar aulas a duas subturmas em Direito Administrativo, *pro bono*, sob regência do Professor Vasco Pereira da

N  
D



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Silva. O Conselho pronunciou-se favoravelmente por unanimidade.

d) Foi dado conhecimento ao Conselho que a Professora Cláudia Madaleno fora autorizada pelo Diretor a suspender as funções de Professora Auxiliar, para exercer funções de Diretora Executiva da Faculdade. Vinha agora solicitar ao Conselho autorização para exercer na Faculdade docência *pro bono*, a partir de 15 de janeiro de 2016.

A Professora Maria do Rosário Ramalho suscitou dúvidas sobre a acumulação, por eventual conflito de interesses entre funções docentes e administrativas na mesma escola e por, de acordo com a última distribuição do serviço docente do Grupo de Ciências Jurídicas, poder ficar em sobrecarga de horário. Considerava que a compatibilização das duas funções apenas admitiria lecionação em tempo parcial. O Professor António Menezes Cordeiro congratulou-se com a decisão do Diretor, salientando a generosidade da Professora Cláudia Madaleno em aceitar o cargo e lecionar aulas *pro bono*. Esclareceu que à docente, no atual projeto de distribuição de serviço do Grupo de Ciências Jurídicas, apenas estavam atribuídas duas subturmas, encontrando-se pois com horário reduzido. O Professor David Duarte associou-se à intervenção da Professora Maria do Rosário Ramalho, suscitando dúvidas sobre a legalidade da situação e salientando que o estatuto de pessoal dirigente previa a exclusividade no cargo. O Professor Vasco Pereira da Silva esclareceu que a designação da Professora Cláudia Madaleno para as funções de Diretora Executiva da Faculdade fora tomada a título provisório, tendo a nomeação sido feita em regime de substituição e que seria aberto concurso público para o cargo. O Professor Carlos Blanco de Morais manifestou convicção de que a acumulação era legalmente admitida.

Na sequência o Conselho pronunciou-se em sentido favorável à contratação, com a abstenção da Professora Maria do Rosário Ramalho e do Professor David Duarte.

d) Foi dado a conhecer ao Conselho que o Diretor deferira um requerimento apresentado pela Professora Isabel Graes, no sentido de ser atendido para efeitos curriculares e de carga horária, o tempo lecionado em aulas a um aluno de nacionalidade síria em situação de refugiado, sem domínio da língua portuguesa, que apenas começara a frequentar as aulas de mestrado em 20 de novembro de 2016.

A Professora Maria do Rosário Ramalho, louvando a dedicação da docente,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

suscitou a questão de saber se se deve admitir um aluno que apenas inicia aulas em novembro quando estas começam em Setembro e se esta situação não cairia fora da competência da Faculdade, criando um precedente para a aceitação de alunos que chegam tarde no ano letivo ou que não dominam a língua portuguesa. O Professor Vasco Pereira da Silva esclareceu que o caso passara pelo Gabinete de Erasmus e Relações Internacionais e que a sua admissão resultara de um acordo celebrado pelo Reitor da Universidade de Lisboa, ao qual a Faculdade fora estranha. Tratou-se de um aluno que ficou em situação igual à dos outros alunos de intercâmbio. Louvou também a disponibilidade da Professora Isabel Graes. O Professor António Menezes Cordeiro aderiu ao entendimento do Professor Vasco Pereira da Silva, sublinhando que o aluno, tal como os outros, ficou sujeito à avaliação. O Professor Januário da Costa Gomes realçou que questões como esta devem ser reguladas pelo futuro Regulamento dos Estudos Pós-Graduados.

e) Foi dado conhecimento ao Conselho que a Professora Carlota Pizarro de Almeida, recentemente aposentada, anuíra em assegurar a regência da disciplina de Criminologia no Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Criminais, durante o primeiro semestre de 2015/16 e que manifestara desejo de acompanhar o Professor Augusto Silva Dias na mesma disciplina, no segundo semestre. O Diretor deferiu o requerido. O Conselho nada opôs.

f) O Professor António Menezes Cordeiro deu conhecimento ao Conselho de que a Doutora Catarina Monteiro Pires tinha concluído as provas de doutoramento com brilhantismo, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 18 valores por unanimidade. Saliou a qualidade científica da dissertação, considerando ser mais um facto a evidenciar a necessidade de manter os níveis de exigência tradicionais da Faculdade, nos doutoramentos. O Professor Pedro Pais de Vasconcelos congratulou-se igualmente pelo doutoramento da docente, considerando que devia ser contratada como Professora Auxiliar.

### 3. Ponto 3 da O.T.

a) O Presidente do Conselho Científico leu uma mensagem enviada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa em nome do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, na qual era proposta a convocação da contratação do Doutor Pedro Sanchez como assistente convidado, já aprovada em anterior reunião do Conselho Científico,

*[Handwritten initials]*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

em contratação como Professor Auxiliar convidado, atendendo ao doutoramento ulteriormente realizado na Faculdade, classificado com 18 valores em reflexo do elevado nível científico da dissertação e da defesa em provas. A proposta foi aprovada por unanimidade.

b) A Professora Maria Fernanda Palma propôs um voto de louvor à Professora Carlota Pizarro de Almeida pela dedicação que sempre revelou ao longo da sua carreira. O voto foi aprovado por unanimidade.

A mesma Professora esclareceu que o Mestre João Caires não irá entregar a tese de doutoramento na data inicialmente prevista e por isso o contrato deste docente não se iria renovar. Por este motivo seriam necessários três docentes e não dois para assegurar a docência das disciplinas Jurídico-Criminais, como havia referido na anterior reunião do Conselho.

c) O Professor António Menezes Cordeiro, no respeitante à demais distribuição do Grupo de Ciências Jurídicas, deu conta que era necessário solicitar ao Diretor a contratação de docentes que colmatassem a ausência do Professor Eduardo dos Santos Júnior e a carga parcial de horário não assegurada pela Professora Cláudia Madaleno.

d) O Professor António Menezes Cordeiro referiu que lhe tinha sido solicitado pelo Professor Fernando Araújo e Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto a concordância do Grupo com a sua regência da disciplina de Filosofia do Direito. Todavia, fora-lhe dito que esta unidade curricular já tinha sido atribuída a docentes de outros Grupos e não entendia como tal pudera ter acontecido.

O Professor David Duarte perguntou se já tinha sido entregue algum documento ao Conselho com a distribuição do serviço docente, sustentando que não pode tal assunto ser ali votado sem dele haver conhecimento concreto. O Presidente do Conselho esclareceu que nenhum documento com a distribuição do serviço docente lhe havia sido dirigido.

Nesse momento, sendo 15:52 chegou à reunião o Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

A propósito da intervenção do Professor Menezes Cordeiro, o Professor David Duarte referiu que a disciplina de Filosofia do Direito teve regências do Grupo de Ciências Jurídicas, do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas e apenas uma co-regência recente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, pelo que, se o critério de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

distribuição da disciplina pelos Grupos é o da rotatividade, como havia referido o Professor Menezes Cordeiro, então daí resultaria, no propósito de ser dada por docentes de outros Grupos, que seria a regência afecta ao Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas a que deveria ser preterida, por ser a que se mantém há mais tempo.

#### 4. Ponto 4 da O.T.

a) No que respeita aos Órgãos do C.C., o Presidente tomou a palavra para propor ao Conselho a eleição dos demais membros da Comissão de Estudos Pós-Graduados, cuja presidência fora já entregue na sessão anterior ao Professor Manuel Januário da Costa Gomes. Como membros indicava os Professores Pedro Caridade de Freitas, Rute Saraiva, Lourenço Vilhena de Freitas e Hugo Ramos Alves. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho propôs um voto de louvor à anterior Comissão, em especial ao seu Presidente, o Professor Pedro Caridade de Freitas, atendendo às especiais e difíceis circunstâncias em que aceitou o cargo. O voto foi aprovado por unanimidade.

b) Tomando de novo a palavra, o Presidente propôs ao Conselho a eleição da Comissão de Equivalências, tendo como Presidente o Professor Fernando Loureiro Bastos e como vogais os Professores João Miranda, Pedro Infante da Mota, Isabel Alexandre e Susana Videira.

Por indagação do Professor David Duarte, o Presidente do Conselho Científico esclareceu que a candidatura era do conhecimento dos professores em causa, os quais tinham manifestado disponibilidade.

Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

#### 5. Ponto 5 da O.T.

a) No que respeita às Unidades Administrativas Técnico-Científicas, o Presidente do Conselho Científico tomou a palavra para dar conhecimento da disponibilidade do Professor Dário Moura Vicente para exercer as funções de Presidente do Instituto da Cooperação Jurídica, à qual se associava levando-a ao Conselho. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

unanimidade. O Professor Miguel Teixeira de Sousa pediu a palavra para salientar que o Conselho Científico tinha a agradecer ao Professor Dário Moura Vicente o excelente trabalho feito no âmbito da Cooperação Jurídica, felicitando-o pela reeleição. Tomando a palavra, associaram-se às palavras do Professor Teixeira de Sousa, os Professores Carlos Blanco de Morais, Fernando Araújo e António Menezes Cordeiro. O Professor Dário Moura Vicente agradeceu a renovação da confiança do Conselho.

b) No que respeita ao Instituto Brasileiro, o Presidente do Conselho Científico tomou a palavra para dar conhecimento da disponibilidade do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, para exercer as funções Presidente do Instituto Brasileiro, à qual se associava levando-a ao Conselho. O Professor Carlos Blanco de Morais manifestou o seu apoio a esta proposta de renovação, salientando que o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto tem, no âmbito deste Instituto, desenvolvido um trabalho estreito com o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas. O Professor Fernando Araújo manifestou igualmente o seu agrado pela recondução no cargo do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, desejando-lhe as maiores felicidades. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

c) No que respeita ao Gabinete de Responsabilidade Social, o Presidente do Conselho Científico tomou a palavra para dar conhecimento da disponibilidade da Professora Rute Saraiva para exercer as funções Presidente, à qual se associava levando-a ao Conselho. O Professor Miguel Teixeira de Sousa apoiou a continuação do trabalho já desenvolvido por esta Professora, afirmando que, por ter trabalhado com ela, tinha uma noção clara da sua eficiência. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

d) No que concerne ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, o Presidente do Conselho Científico propôs como Presidente o Professor Vasco Pereira da Silva, com quem já falara anteriormente, tendo mostrado disponibilidade para continuar no cargo. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Professor Miguel Teixeira de Sousa cumprimentou o Professor Vasco Pereira da Silva pela sua eleição e manifestou o seu apoio. O Professor Vasco Pereira da Silva agradeceu ao Conselho a confiança em si depositada.

e) No que respeita ao Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL),



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

o Presidente do Conselho Científico salientou que tratando-se de uma unidade com vocação externa, potencialmente em contacto a elevado nível com entidades estrangeiras, considerava desejável ter na presidência um Professor Catedrático. Deu conhecimento ao Conselho que o Professor Luís de Lima Pinheiro manifestara disponibilidade para assumir a presidência da Unidade, à qual se associava trazendo-a portanto ao Conselho.

O Professor David Duarte perguntou se tinha sido indagado junto do Professor Domingos Farinho se este tinha disponibilidade para continuar no cargo. O Presidente informou que não o havia contactado por ter sido informado de que havia manifestado intenção de não continuar funções. O Professor Jorge Duarte Pinheiro informou que o Professor Domingos Farinho havia dito que terminaria as suas funções, uma vez instalado o CARL. Disse ainda que tinha indicação de que teria havido uma conversa entre o Diretor e o Professor Domingos Farinho quanto à estratégia a seguir para o CARL. O Professor Pedro Romano Martinez, que entretanto tinha entrado na sala, informou o Conselho que tinha tido uma conversa com o Professor Domingos Farinho, o qual lhe dissera que não pretendia continuar na presidência do Centro, por ter assumido outras funções que dificultavam a acumulação. Mais esclareceu que nessa conversa não foi discutida a estratégia relativamente ao CARL, apenas lhe tendo sido dito em que situação o Centro se encontrava, elucidando que não havia ainda autorização para funcionar como Centro de Arbitragem. O Professor David Duarte interveio dizendo que considerava que nos casos em que não havia uma situação de continuidade, substituindo-se o Presidente, antes da nova eleição deve ser apreciado o programa, as ideias que o novo candidato tinha para o serviço, sob pena de se estar a passar um “cheque em branco”. A apresentação deste programa era ainda mais relevante num caso como o do CARL, que tinha sido objeto de tanta controvérsia. O Professor Jorge Duarte Pinheiro sugeriu que antes da votação fosse ouvido o Professor Luís de Lima Pinheiro para saber quais os seus planos para o CARL. O Presidente do Conselho Científico interveio para dizer que o *curriculum* do Professor Luís de Lima Pinheiro lhe parecia ser suficientemente elucidativo sobre a adequação do seu perfil e que entendia estar o Conselho em condições de prosseguir com a eleição. O Professor David Duarte afirmou que não estava em causa a capacidade nem a experiência do Professor Luís de Lima Pinheiro, mas apenas que deveria ser esclarecido, antes da eleição, quais os seus planos para o CARL. O Professor



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Fernando Araújo manifestou discordância, dizendo que o Presidente do Centro deve ter liberdade para decidir como dirigir o Centro, sujeitando-se, todavia, como sempre, à apreciação do Conselho. O Professor António Menezes Cordeiro reforçou a mesma ideia, afirmando que as pessoas são designadas ou destituídas dos cargo conforme o Conselho Científico entender. Acrescentou que o CARL é um projeto questionável, atendendo designadamente aos valores gastos na sua criação e que por isso devia ser tratado com especial cuidado, entendendo que o Professor Luís de Lima Pinheiro, conhecedor a fundo da arbitragem, cordato, discreto, era a pessoa indicada para o cargo. A Professora Maria Fernanda Palma sustentou não ser positivo que na sessão em curso houvesse uma votação por maioria, sendo desejável uma votação por unanimidade. Assim, atendendo a que alguns Membros do Conselho pediam um plano para o CARL, este deveria ser entregue antes da votação, para que pudesse haver unanimidade, sugerindo o adiamento da votação para a próxima reunião. Salientou ainda que reconhecia as qualidades do Professor Luís de Lima Pinheiro. O Professor Januário da Costa Gomes considerou ser desejável uma votação por unanimidade. Salientou todavia que o único plano que o futuro Presidente do CARL poderia apresentar é o que consta do art. 74.º dos Estatutos da Faculdade. O Professor Luís de Lima Pinheiro depois da eleição é que poderia dar conta do que tencionava fazer no CARL. O Professor Jorge Duarte Pinheiro defendeu que o Professor Luís de Lima Pinheiro deveria, antes da eleição, apresentar no Conselho Científico os seus planos para o CARL, tal como antes o Professor Domingos Farinho havia feito quando assumiu a Presidência. O Professor Miguel Teixeira de Sousa considerou que atendendo a que atualmente o Centro não pode funcionar, o programa do próximo Presidente terá de ser essencialmente apenas o de criar condições para que passe a funcionar. O Professor David Duarte disse que apesar de não haver um Centro de Arbitragem a funcionar têm sido realizadas arbitragens e mediações nas instalações e que está a ser discutida a instalação de um Julgado de Paz, havendo pois receitas que o CARL tem dado à Faculdade. O Professor António Menezes Cordeiro disse que ceder as instalações para arbitragens *ad hoc* não é sinónimo de funcionar como Centro de Arbitragem.

O Presidente do Conselho entendeu que a proposta de eleição do Professor Luís de Lima Pinheiro para Presidente do CARL estava em condições de ser votada. As Professoras Helena Morão e Ana Gouveia Martins manifestaram-se no sentido de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

que a votação deveria ser adiada até que fosse apresentado um plano do candidato à presidência do CARL. O Professor David Duarte considerou que, não havendo este adiamento, o Conselho se devia previamente pronunciar através de votação, se a eleição para Presidente do CARL deveria ser, ou não, agendada para uma próxima sessão. Colocada à votação a proposta de realização da votação relativa à eleição do Professor Luís de Lima Pinheiro na sessão em curso, foi a mesma aprovada com 15 votos a favor, 4 votos contra e 5 abstenções. Procedeu-se em seguida à votação da proposta de eleição do Professor Luís de Lima Pinheiro para Presidente do CARL por escrutínio secreto, tendo sido aprovada com 15 votos a favor, 7 votos contra e 2 votos em branco.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro felicitou o Professor Luís de Lima Pinheiro pela eleição e desejou-lhe sucesso nas suas funções, sublinhando que tem excelentes instalações e que espera que consiga que o Centro ganhe visibilidade. O Professor David Duarte solicitou o agendamento para uma próxima reunião do Conselho Científico de um ponto sobre o CARL com a presença do Professor Luís de Lima Pinheiro.

f) No que respeita ao Gabinete de Consultadoria Jurídica, o Presidente do Conselho tomou a palavra para reiterar o entendimento já anteriormente expresso, de que tratando-se de um serviço com forte visibilidade externa, devia ter na Presidência um Professor Catedrático. Informara por isso o Professor David Duarte de que iria apresentar no Conselho uma proposta nesse sentido. Informou então que o Professor Luís de Lima Pinheiro se havia mostrado disponível para assumir a presidência do Gabinete de Consultadoria Jurídica em acumulação com o CARL.

O Professor David Duarte afirmou que, no que respeita a todas as outras Unidades Administrativas o Presidente do Conselho havia perguntado aos anteriores Presidentes se tinham disponibilidade para se manter na presidência e que no caso do Gabinete de Consultadoria Jurídica tal não havia sucedido, tendo-lhe apenas comunicado telefonicamente que seria proposto para a presidência do Gabinete de Consultoria Jurídica um Professor Catedrático. Acrescentou ainda que, antes de se proceder à eleição, se justificava a apreciação do relatório relativo ao Gabinete anteriormente por si enviado e tal não se verificara, sublinhando que esta Unidade Administrativa tinha apresentado 74.000 € de faturação. Esclareceu ainda que havia incompatibilidade na acumulação da presidência de duas Unidades Administrativas

*J*  
*O*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

por parte do mesmo Professor, apresentando em seguida a sua candidatura a novo mandato como Presidente do Gabinete e do Professor João Espírito Santo como Vice-Presidente. Referiu ainda que o entendimento do Presidente do Conselho Científico segundo o qual deve ser um Professor Catedrático a Presidir ao Gabinete constitui, na sua opinião, uma forma de desconsideração da capacidade de professores associados e auxiliares para realizar as tarefas em causa, o que é estranho, e contraditório, quando se constata que há professores dessas categorias a presidir a unidades técnico-científicas.

Em face do disposto no art. 67.º, n.º 3, dos Estatutos da Faculdade, o Presidente do Conselho constatou a incompatibilidade, retirando a proposta de eleição do Professor Luís de Lima Pinheiro para Presidente do Gabinete de Consultoria Jurídica.

A Professora Maria Fernanda Palma salientou a importância de se não criarem divisões nem minorias no Conselho Científico. Deu testemunho pessoal do empenho do Professor David Duarte enquanto Presidente do Gabinete, numa situação em que dera um parecer para a República Democrática de Timor-Leste. Considerava que podia discutir-se a bondade da existência do Gabinete, mas recordava que os Estatutos que o previam haviam sido aprovados por unanimidade. Discordava também de uma resolução precipitada das questões que se prendem com o Gabinete, considerando que devia manter-se o Gabinete e apreciar a sua gestão.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho associou-se às palavras da Professora Maria Fernanda Palma.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro considerou que devia ter lugar uma discussão do relatório do Gabinete e sugeria o adiamento da eleição do seu Presidente.

O Professor David Duarte lamentou o facto de não ter sido discutido o Relatório do Gabinete e ainda a forma como o Presidente do Conselho Científico gerira a situação. Disse ainda que entendia ser positiva a democratização do acesso ao Gabinete.

O Professor António Menezes Cordeiro entendeu que o Presidente do Conselho Científico tratara a situação de modo adequado.

A Professora Maria Fernanda Palma sublinhou que na discussão ocorrida, não era o nome nem as qualidades pessoais do Professor David Duarte que estavam em causa, não partilhando das acusações feitas ao Presidente do Conselho Científico.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*[Handwritten initials]*

O Presidente do Conselho Científico esclareceu que o seu entendimento de que as Unidades Administrativas com projeção externa potencialmente muito elevada deveriam ser presididas por um Professor Catedrático, tinha que ver com a imagem resultante da associação entre a função e um docente no topo da carreira, nada tendo a ver com a valia e qualidades de pessoas em concreto. No caso essa projeção existia a nível muito elevado, como ocorrera no caso do importante parecer dado a um Estado. Em qualquer caso, tratava-se apenas de um entendimento pessoal e a natureza democrática que lhe assistia decorria do facto de a decisão pertencer ao Conselho. Não aceitava, assim, a afirmação de que a sua intervenção contivera ínsita desconsideração da capacidade de quaisquer docentes.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa tomou então a palavra sublinhando a importância de separar nas propostas a parte pessoal da institucional, na qual não está em causa um juízo depreciativo relativamente às pessoas. Apesar da diversidade dos pontos de vista, a consideração é extensível a todos independentemente da sua categoria profissional.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro interveio por fim para saudar as palavras pacificadoras do Professor Marcelo Rebelo de Sousa e para subscrever a ideia da necessidade de se separar a dimensão pessoal da institucional, acrescentando, a propósito, que o Gabinete de Responsabilidade Social tinha também relevante projeção no exterior, como resulta do seu relacionamento com instituições de solidariedade social.

#### 6. Ponto 6 da O.T.

##### 6.1.

a) No que respeita aos Mestrados foram aprovados por unanimidade os temas de dissertação e Professores Orientadores dos candidatos à segunda fase dos mestrados que concluíram a parte escolar no segundo semestre do ano letivo de 2014/2015, conforme melhor identificados no documento 1 em anexo.

b) Foi apresentada a proposta de alteração do júri de mestrado da candidata Flávia Borges Margi, conforme o documento 2 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

c) Foi apresentada a proposta de constituição do júri de Mestrado em Direito em Ciências Jurídico-Laborais (Mestrado Científico), de Alexandre Rocha de

*J*  
*B*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Menezes, Filipa Martins Gravelho, Pedro Miguel Barranbana Santos e Tatiana de Oliveira Pitombo, conforme o documento 3 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

d) Foi apresentada a proposta de constituição do júri de Mestrado em Direito em Direito Constitucional (Mestrado Científico), de Iris Catarina Dias Teixeira e Heitor Magalhães de Sousa Kadri conforme o documento 4 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

e) Foi apresentada a proposta de constituição do júri de Mestrado em Direito em Direito Administrativo (Mestrado Científico), de Roseli Palaro di Pietro conforme o documento 5 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

f) Foi apresentada a proposta de constituição do júri de Mestrado em Direito em Ciências Jurídicas (Mestrado Científico), ESMAPE, de Giuliano Maximo Martins, Iure Pedroza Menezes, Luciana Costa Aglantzakis, Luis Martius Holanda Bezerra Junior, Marcelo Andrade Campos Silva, Maria Cristina Souza Leão de Castro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, José Gonçalves de Alencar, conforme o documento 6 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

g) Foi apresentada a proposta de constituição do júri de Mestrado em Direito em Direito Constitucional (Mestrado Científico), ESMAPE, de Gleidson de Oliveira Grisoste Barbosa, Jones Gattass Dias, José Raimundo dos Santos Costa, Luatom Bezerra Adelino de Lima, Nelson Batista da Silva Norberto, Pedro Pereira Pimenta, Wanderlei José dos Reis, conforme o documento 6 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

h) Foram aprovados por unanimidade os pedidos de alteração de tema de dissertação de mestrado, conforme identificados no documento 7 em anexo.

i) Foram aprovados por unanimidade os pedidos de alteração de Orientador de Mestrado, conforme identificados no documento 8 em anexo.

j) Foram aprovados por unanimidade os temas de dissertação e Professores Orientadores dos candidatos Mónica Andreia Rebelo Lopes Tavares e Gilson Eduardo Vaz Gomes Pinto à segunda fase dos mestrados, conforme melhor identificados no documento 9 em anexo.

l) Foi dado conhecimento do requerimento da aluna Maria Teixeira Marreiros em que é pedida a nomeação de um coorientador de Mestrado. Colocou-se a questão de saber em que casos se justifica a nomeação de um coorientador de Mestrado.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Intervieram na discussão os Professores Fernando Araújo, Maria Fernanda Palma, Jorge Duarte Pinheiro, Maria do Rosário Palma Ramalho e Manuel Januário da Costa Gomes. Entendeu-se, por unanimidade, que era conveniente esclarecer as razões que, no caso em concreto, são apresentadas para justificar o pedido de coorientação.

## 6.2.

a) No que respeita a Doutoramentos, foram aprovados por unanimidade os pedidos de prorrogação o prazo da entrega da tese de doutoramento, conforme documento 10 em anexo.

b) Foi dado a conhecer ao Conselho Científico que Anderson Furlan Freire da Silva, pedira readmissão ao doutoramento. O Conselho Científico aprovou por unanimidade a admissão com dispensa da parte escolar, cfr. documento 11 em anexo.

c) Foi aprovada por unanimidade a admissão à preparação do Doutoramento com dispensa da parte escolar, de Samora Ilídio Delgado Sampa, Bruna Souza Paula, Alexandre Teixeira Neto Guerreiro e Marcus Gouveia dos Santos, conforme documento 12 em anexo.

d) A decisão do pedido de Maíra Coelho Torres de admissão à preparação do Doutoramento com dispensa da parte escolar foi adiada para se apurarem melhor algumas questões que neste caso existiam em relação à atribuição desta dispensa.

e) Foi aprovada por unanimidade a admissão à preparação do Doutoramento de Maria de Fátima Bilro Fonseca e de Heráclito Demóstenes Albino Pedro no que respeita à escolha do tema e do Orientador, conforme documento 13 em anexo.

f) Foi aprovada a alteração dos júris de doutoramento de Orlando Faccini Neto e de Duarte Alberto Rodrigues Nunes, conforme documento 14 em anexo.

g) Foi aprovada a constituição do Júri de Doutoramento do Mestre Filipe Boa Baptista, conforme documento 15 em anexo.

6.3. Ainda com respeito aos Mestrados e Doutoramentos, o Professor Manuel Januário da Costa Gomes regozijou-se com a eleição dos demais membros da Comissão de Estudos Pós-Graduados a que preside, sublinhando que há dois membros que fazem a transição da anterior para a atual composição da Comissão. Salientou que a aprovação de quatro regulamentos – um para o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, outro para o Mestrado em Direito e Prática Jurídica, um terceiro para o



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Doutoramento sendo o quarto um Regulamento de carácter geral – é tarefa urgente e que exige o consenso de todos os Doutores. Referiu que na fase final do mandato do anterior Presidente do Conselho Científico, Professor Pedro Pais de Vasconcelos, fora terminado um projeto de regulamento que, dado o momento da sua completude, não chegara a ser distribuído pelos membros. Seria com base neste que a Comissão de Estudos Pós-Graduados iria apresentar numa próxima sessão do Conselho uma proposta de Regulamento, sendo necessário aprová-lo em março, de modo a que os novos mestrados e doutoramentos possam funcionar no próximo ano letivo nos quadros nele delineados. A aprovação deste regulamento poderá suscitar questões que exijam a articulação com outros órgãos da Faculdade, em especial o Conselho Pedagógico, pelo que apelava a um esforço de colaboração e entendimento entre todos os órgãos. Sublinhou ainda que existiam já outros diplomas, *maxime* regulamentos da própria Universidade de Lisboa, condicionantes do teor deste Regulamento.

O Mestre Francisco Paes Marques, representante dos Assistentes, referiu que foi constituída uma comissão no Conselho Pedagógico visando estudar a questão do Regulamento dos Estudos Pós-Graduados e articular-se com o Conselho Científico.

Sobre o mesmo ponto acrescentou o Presidente do Conselho que a Reitoria entendia que os doutoramentos a realizar a partir de abril deveriam já seguir os termos do novo Regulamento.

#### 7. Ponto 7 da O.T.

##### 7.1.

a) Foi apreciado o período experimental do Professor Auxiliar Pedro Infante da Mota. Na qualidade de Relator, o Professor Fernando Araújo afirmou em parecer oral ser inequivocamente favorável, salientando as qualidades pedagógicas e a consistência da carreira deste docente, em especial o trabalho desenvolvido no campo da Economia Internacional. Foi em seguida lido o parecer, também favorável, do Professor Eduardo Paz Ferreira. Tendo em conta os pareceres dos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo, o Conselho pronunciou-se favoravelmente por unanimidade, no sentido da nomeação definitiva do Professor Auxiliar Pedro Infante da Mota.

b) Foi apreciado o período experimental do Professor Auxiliar Jaime Valle. Na



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

qualidade de Relator, pronunciou-se oralmente o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, dizendo ser inequivocamente favorável, atendendo ao labor científico, preocupação pedagógica e contributo do docente para a missão da Universidade no período subsequente à obtenção do grau de doutor. Com algum desenvolvimento, referiu-se expressamente à colaboração do docente em várias disciplinas, participação em júris, atividades de investigação, ensino e formação científica ao longo dos anos em disciplinas por si regidas e bem assim ao contributo para a Universidade patente de modo impressionante em atividades de cooperação com os Estados Africanos de Língua Portuguesa, bem como Timor-Leste. O Professor Paulo Otero apresentou igualmente parecer escrito favorável.

Tendo em conta os pareceres dos Professores Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Otero, o Conselho pronunciou-se favoravelmente, por unanimidade, no sentido da nomeação definitiva do Professor Auxiliar Jaime Valle.

#### 7.2.

a) O Conselho designou os Professores António Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa para constituírem o júri encarregado da apreciação do *curriculum* e do Relatório relativos à nomeação definitiva da Professora Auxiliar Maria Raquel Rei, do Grupo de Ciências Jurídicas.

b) O Conselho designou os Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo para constituírem o júri encarregado da apreciação do *curriculum* e do Relatório relativos à nomeação definitiva do Professor Auxiliar Paulo Morcela, do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

#### 8. Ponto 8 da O.T.

O Professor Vasco Pereira da Silva informou o Conselho do programa de Cursos Intensivos para o segundo semestre, que se encontra divulgado no sítio da Faculdade (documento 16 em anexo). Referiu a importância deste programa para a projeção internacional da Faculdade, no quadro dos compromissos assumidos pelos programas europeus de que somos parte, e salientou a excelente qualidade geral do programa, em razão dos Professores visitantes convidados. Os primeiros cursos a decorrer são: «Globalização e Proteção Internacional dos Direitos Humanos», pela Prof<sup>a</sup>. Marine Toullier (Univ. de Rouen), de 15 a 19 de Fevereiro; «Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia», pelo Prof. Jaap de Zwann (Univ.

9  
B



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Erasmus de Roterdão), de 22 a 26 de Fevereiro; «Direito e Economia Social», pela Prof. Rute Saraiva (Univ. de Lisboa), de 29 de Fevereiro a 4 de Março.

Relativamente ao Erasmus Mundus Joint Master Degree (realizado conjuntamente com as Universidades de Hannover, Rouen e Myklos Romeris da Lituânia), informou o Conselho da realização, em Lisboa, de cinco provas de defesa de tese do mestrado Erasmus Mundus, perante um júri internacional com a participação do Prof. Bernd Oppermann (Univ. de Hannover), deixando o seu agradecimento a todos os Professores da Faculdade que integraram os júris. As provas, que decorreram em pelo menos duas das línguas do consórcio (português, inglês, francês e alemão), à escolha do candidato, revelaram um elevado nível de qualidade dos estudantes que frequentaram este Mestrado EM.

Mais informou o Conselho de que se encontra em fase final de negociação um Acordo entre as diferentes Universidades europeias integrantes do Consórcio (a saber Lisboa, Hannover, Rouen e Lituânia), de forma a estabelecer uma base contratual entre as partes envolvidas para a institucionalização deste Mestrado, que até agora tem dependido exclusivamente do reconhecimento pelas entidades europeias. Desta forma, independentemente das candidaturas europeias, que continuarão a ter lugar, passará a existir também uma base de sustentação pactícia de forma a garantir a perenidade deste Joint Master Degree.

Conforme tinha sido já referido na reunião anterior do Conselho Científico, o Professor Vasco Pereira da Silva informou que está também em fase final de negociação um acordo para a criação de um Mestrado conjunto com a Loyola University de New Orleans. Trata-se de um acordo com numerosos elementos de conexão europeus: foi proposto e está a ser negociado pelo Prof. Patrick Hugg, que tem uma cátedra em Direito Europeu; na Faculdade de New Orleans combina-se o ensino do direito da “common law” com o franco-germânico; foi concebido no quadro da Associação das Faculdades de Direito da Europe (ELFA/AFDE), de que a Faculdade é parte e onde o Prof. Hugg representa a American Law Schools Association; a Loyola New Orleans Law School está integrada no Consórcio ELPIS, do programa Erasmus+, de que a nossa Faculdade é atualmente a Coordenadora.

Pela nossa parte, a criação deste Mestrado conjunto não implica custos adicionais, uma vez que os alunos frequentam um semestre em Lisboa (sendo o outro em New Orleans), inscrevendo-se num dos Cursos de Mestrado Profissionalizantes



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

atualmente existentes, de qualquer área científica, devendo os estudantes americanos escolher as disciplinas lecionadas em língua inglesa, assim como os Cursos Intensivos - o que lhes permite desde já um leque muito amplo de escolha de matérias (pois, neste momento, existem 24 disciplinas lecionadas em língua inglesa, metade das quais de Mestrado, e outros tantos Cursos Intensivos). Saliu ainda a importância internacional deste Mestrado para a projeção internacional da Faculdade, assim como o prestígio das pessoas envolvidas, a começar pelo Professor Patrick R. Hugg da Loyola University New Orleans, que tem lecionado cursos intensivos todos os anos na nossa Faculdade.

O Professor Vasco Pereira da Silva deu ainda conhecimento da abertura das candidaturas anuais ao Programa Erasmus+, lembrando que este programa para além dos tradicionais intercâmbios de estudantes e professores e do Programa Erasmus Mundus, engloba agora também o Programa Jean Monnet e novos programas, nomeadamente as Parcerias Estratégicas, as Setoriais, as Alianças para o Conhecimento, tendo alargado o seu âmbito de aplicação a todos os continentes. Assim, foi solicitado a todos os Professores que pretendam participar em ações internacionais o favor de entrar em contacto com o Gabinete Erasmus, que os auxiliará na apresentação de candidaturas. O mesmo Professor deu ainda conhecimento de que, no âmbito das candidaturas a estes novos programas existentes no quadro do Programa Erasmus+, a Faculdade tinha sido contemplada por um programa de integração de deficientes no ensino universitário (“Inclusive networking campus to foster the access to University of young students with disability project”), coordenado pela Fundação Once.

Foi solicitada pelo Professor Vasco Pereira da Silva uma aprovação de princípio de todas estas iniciativas, que foi dada pelo Conselho, por unanimidade.

O Professor Nuno Cunha Rodrigues felicitou o Professor Vasco Pereira da Silva pela iniciativa com a Loyola University New Orleans, referindo que conhece quer a Universidade em causa, quer o Professor Patrick Hugg que tem vindo, ao longo dos últimos anos, a colaborar e a lecionar na Faculdade de Direito de Lisboa.

Acrescentou entender que a iniciativa do Professor Vasco Pereira da Silva é particularmente prestigiante para a Faculdade de Direito de Lisboa.

O Professor Nuno Cunha Rodrigues informou ainda que a candidatura que apresentou a um módulo Jean Monnet, para o período 2015-2018, tinha sido aprovada

N  
D



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

pela Comissão Europeia pelo que, nesse contexto, iriam ser realizadas um conjunto de iniciativas, nomeadamente uma conferência internacional que terá lugar na Faculdade de Direito no dia 4 de março, subordinada ao tema "A globalização e a contratação pública", estando apenas a aguardar que a verba concedida pela Comissão Europeia, e já transferida para a Reitoria, seja disponibilizada à Faculdade de Direito.

O Professor Nuno Cunha Rodrigues colocou-se ainda ao dispor para auxiliar na preparação de outras candidaturas a projetos Jean Monnet que venham a surgir.

#### 9. Ponto 9 da O.T.

a) O Professor Dário Moura Vicente referiu o envio aos Membros do Conselho Científico do relatório de atividades do Instituto de Cooperação Jurídica relativo a 2015 e salientou alguns dos dados mais relevantes aí indicados, em especial, o facto de em 2015 terem beneficiado das iniciativas levadas a cabo pela FDUL noutros países de língua portuguesa 1092 alunos; o amplo leque de cursos ministrados, que atingiu o número de 28, neles se compreendendo cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, bem como cursos de pós-graduação não conferentes de grau; a participação de 28 docentes nacionais e 11 docentes estrangeiros nesses cursos; e a publicação de duas novas obras na coleção de Estudos de Direito Africano. Disse ainda que em breve apresentará o plano de atividades do Instituto para o ano de 2016. O relatório foi aprovado por unanimidade.

O Professor Dário Moura Vicente apresentou em seguida uma proposta de composição dos júris de Doutoramento a realizar, com a participação de Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, relativos aos doutorandos Augusto Paulino, Boaventura Salomão Mahuaie Gune, Duarte da Conceição Casimiro, Teresa Filomena Muenda, António Armindo Longo Chuva, Mateus da Cecília Feniase Saize e António Salomão Chipanga, conforme o documento 17 em anexo. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade.

b) O Professor David Duarte pediu a palavra para dizer que assuntos equivalentes eram tratados no Conselho de forma distinta, pois o relatório do Instituto da Cooperação Jurídica fora apreciado e aprovado nesta reunião e o relatório do Gabinete de Consultoria Jurídica, cujo agendamento já havia sido pedido há mais de duas reuniões, nem sequer tinha sido inserido na ordem de trabalhos. O Presidente do



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A  
E

Conselho Científico esclareceu que não se tratava de uma questão de discriminação, mas que era usual de anteriores sessões do Conselho haver um ponto autónomo relativo a Cooperação Jurídica sempre que era pedido, o que nesta reunião se justificava especialmente por existirem questões da Cooperação que importava ser tratadas, para além da aprovação do Relatório. A isto, o Professor David Duarte respondeu, afirmando que se a ordem de trabalhos compreende o que é habitual que compreenda, então teremos sempre a mesma ordem de trabalhos durante todo este mandato.

#### 10. Ponto 10 da O.T.

Por solicitação do Presidente do Conselho, o Professor Nuno Cunha Rodrigues fez uma breve exposição acerca do plano do curso de Estudos Europeus e deu conta do teor das reuniões que têm sido tidas com os responsáveis da parte da Faculdade de Letras. Uma das questões que se colocava prendia-se com o local onde os alunos teriam as aulas das disciplinas de Direito: se na Faculdade de Direito, integrados em turmas já existentes de licenciatura em Direito ou se na Faculdade de Letras, deslocando-se os docentes a esta escola.

A questão foi debatida, tendo intervindo as Professoras Margarida Salema, Helena Morão e o Professor Miguel Teixeira de Sousa.

O Professor Dário Moura Vicente considerou o projeto interessante, chamando todavia a atenção para a pertinência de um curso em Estudos Europeus ter uma unidade curricular de Direito Comparado, não prevista no programa do curso.

O Mestre Francisco Paes Marques chamou ainda a atenção para a importância de se esclarecer em que termos os docentes da Faculdade de Direito que lecionarem as disciplinas do curso de licenciatura em Estudos Europeus serão compensados.

O Professor Nuno Cunha Rodrigues ficou mandatado de transmitir a disponibilidade do Conselho Científico em colaborar neste projeto, sugerir a inclusão da disciplina de Direito Comparado no plano do curso e esclarecer as questões que ainda não se encontrarem clarificadas.

#### 11. Ponto 11 da O.T.

##### 11.1.

a) Foi admitido por unanimidade ao Programa de Pós-Doutoramento, o Doutor



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior, conforme documento 18 em anexo.

b) Foi aprovada por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de Fabiano André de Souza Mendonça, com a classificação de “Bom”, conforme documento 19 em anexo.

c) Foi aprovada por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de Ricardo Lupion Garcia, com a classificação de “Muito Bom”, conforme documento 20 em anexo.

d) Foi aprovada por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de Gisela Maria Bester, com a classificação de “Muito Bom”, conforme documento 21 em anexo.

e) Foi aprovada por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de José Marcelo Menezes Viglar, com a classificação de “Muito Bom”, conforme documento 22 em anexo.

f) Foi aprovada por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de Victor Gameiro Drummond, com a classificação de “Muito Bom”, conforme documento 23 em anexo.

#### 11.2.

a) O Conselho foi informado de que a candidata Luciane Dionísio Manteiga solicitara equivalência ao grau sem nota. Consta do processo despacho da anterior Presidente da Comissão de Equivalências, Professora Isabel Banond, com o seguinte conteúdo “*a Comissão de Equivalência decide conceder o grau sem nota devido à documentação apresentada*”. O Conselho homologou a equivalência.

b) O Conselho foi informado de que a candidata Bruna Leite Mattos solicitara equivalência ao grau sem nota. Consta do processo despacho da anterior Presidente da Comissão de Equivalências, Professora Isabel Banond, com o seguinte conteúdo “*a Comissão de Equivalência decide conceder o grau sem nota devido à documentação apresentada*”. O Conselho homologou a equivalência.

c) O Conselho foi informado de que a anterior Comissão de Equivalências, deliberara atribuir a classificação de 7 (sete) valores à equivalência requerida por Daria Shiryaeva, conforme consta do processo. O Conselho homologou a deliberação.

d) O Conselho foi informado de que a anterior Comissão de Equivalências, deliberara atribuir a classificação de 7 (sete) valores à equivalência requerida por Elis



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Ângela Gomes Ribeiro conforme consta do processo. O Conselho homologou a deliberação.

12.Ponto 12 da O.T.

Não havendo outras informações para além das já dadas na reunião e nada mais havendo a tratar, foi marcada a próxima reunião do Conselho Científico para o dia 17 de fevereiro pelas 15h00 sendo encerrada a sessão pelas 19:10.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor José Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico

Professor Doutora Elsa Dias Oliveira

**Candidaturas à 2.ª fase do mestrado - preparação da dissertação**  
**Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015**  
**(Conselho Científico janeiro 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25247	ANA RODRIGUES DE ALMEIDA NAVAS	A legitimidade processual para a defesa do ambiente no contencioso administrativo	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
25064	DIANA RAQUEL MADEIRA CAMPOS MATOS	O Comércio das Emissões Poluentes à Luz do Direito Administrativo Português	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
22216	PAULO ALEXANDRE ANJOS DAS NEVES	Militares das Forças Armadas e o Estatuto de Trabalhador-Estudante	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
20780	ANA SIMÕES ESTEVES	Responsabilidade da sociedade diretora para com os credores da sociedade subordinada	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21017	CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA SARMENTO	Oportunidades Societárias: Proibição de Apropriação de Negócios Societários	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19660	JOANA RAQUEL SANTOS GONÇALVES	Responsabilidade e influência nos grupos de sociedades	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25076	CLÁUDIA MARIA NOGUEIRA ALVES	Mecanismo Único de Resolução	ANTÓNIO MANUEL BARRETO ESPADINHA DE MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
21470	DIOGO MIGUEL CRUZ SIMÕES	A Cláusula de Cross Default: da admissibilidade ao controlo societário	ANTÓNIO MANUEL BARRETO ESPADINHA DE MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25491	JOÃO PAULO MOURA DE CARVALHO	Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional	ANTÓNIO MANUEL BARRETO ESPADINHA DE MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19714	MANUEL FERREIRA DOS SANTOS FRAGOSO MENDES	Os créditos das entidades Agrupadas sobre os ACE's	ANTÓNIO MANUEL BARRETO ESPADINHA DE MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
17115	ANA CARDOSO DA SILVA SANTOS	O Papel das Autoridades Administrativas no Processo Contraordenacional	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25549	TIAGO MANUEL CARMONA SIMÕES DA PAIXÃO	As garantias financeiras - em sentido amplo - dos operadores para garantir a resposta em caso de dano ecológico	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12346345	VITOR HUGO MONIZ CAMACHO	Sobre a revisão extraordinária do ato administrativo: contributos para um novo conceito	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
20711	MARIA TEIXEIRA MARREIROS	A Responsabilidade Social das Empresas	DIOGO MANUEL COSTA GONÇALVES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19780	MIGUEL BRAGA GONÇALVES SERRA HERDADE	Princípio da Subsidiariedade; Cultura	DOMINGOS MIGUEL SOARES FARINHO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
21087	DORA CRISTINA RODRIGUES GOMES RAPAZ COELHO	Anulação de sentença arbitral por ofensa aos princípios da Ordem Pública Internacional	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25450	MARGARYTRA RUDNIEVA	Cláusula de força maior nos contratos internacionais de compra e venda	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25459	MARIA DE FÁTIMA DOS ANJOS MACHADO	Os verdadeiros e falsos terceiros no processo arbitral	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25172	MARIA PAULA SOBREDA RODRIGUES DO AMARAL E BAÇÃO	Da competência do tribunal arbitral	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19748	MARIANA DE SÁ COUTINHO HORTA OSÓRIO	A Cláusula Arbitral nos Estatutos da Sociedade	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
5936	RICARDO LOPES MOURA DE SOUSA	O princípio da igualdade das partes na Arbitragem Voluntária	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
21082	SARA RITA CRAVEIRO MARINHO	A Transferência do Risco na Venda Internacional de Mercadorias	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25389	BERNARDO DA CONCEIÇÃO BOCK	Política Europeia de Segurança Marítima	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25676	CLÁUDIA CAMILA PERES DE ANDRADE BAPTISTA	A Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25705	GILIARDO JORGE LOPES NASCIMENTO	Cabo Verde e o regime jurídico das Águas arquipelágicas	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25198	JOÃO CONSTANTINO PAULO CÓ JÚNIOR	Os Poderes do Estado Guineense na sua Zona Económica Exclusiva	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25426	TIAGO MIGUEL RODRIGUES MONTEIRO	Regime Jurídico da Zona Económica Exclusiva	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
18617	ANA MARGARIDA VALENTE MARTINS PIRES	O comportamento do credor hipotecário no PER	FRANCISCO LOURENÇO FONSECA MENDES CORREIA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20865	JOÃO PEDRO VICENTE CAMILO	Pactos de não concorrência no Direito do Trabalho: validade e efeitos	GUILHERME MACHADO DRAY	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS

**Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação**  
**Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015**  
**(Conselho Científico janeiro 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
20807	CRISTIANA VARGUES DE BRITO PIÃO COSTA	Autarquias Locais e Poder Tributário	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20858	MÓNICA MARIA FIGUEIRAS GOMES BITO	O conceito de residente e as zonas de baixa tributação ou tributação zero	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25562	AISLANE OLIVEIRA TEIXEIRA	O Princípio da Coerência Fiscal no Direito Europeu	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20839	ANA CATARINA SAURI GARDETE	Regime das Mais-Valias Português- Análise das suas Incongruências	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25058	CATARINA MONTEIRO CALDEIRA VASCONCELOS SILVA	Paraísos fiscais e as cláusulas anti-abuso	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25160	JOÃO PAULO NASCIMENTO PEREIRA DA SILVA	As Reestruturações empresariais e o princípio da neutralidade: - Entre a necessidade e o abuso: - Contributos para a compreensão do regime	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
21211	MARIA HELENA RAMOS PAZ GOMES MAGNO	A desconsideração da personalidade tributária na Lei Fiscal. O caso das sociedades transparentes	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25316	SARA ISABEL DE ARAÚJO PATA	Responsabilidade dos Técnicos Oficiais de Contas	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
21483	ELISABETE CRISTINA CAMPOS PRUDÊNCIO	As Taxas Locais e a sua Adequação ao Atual Regime Geral	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
25596	BIBIANA DE ARAÚJO E SILVA VASCONCELLOS	A Responsabilidade Tributária dos Gerentes das Pessoas Coletivas - Análise Comparativa dos Regimes Legais Português e Brasileiro	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
18381	RITA JOANA MORAIS DE OLIVEIRA ROBALO DE ALMEIDA	Paraísos Fiscais: Conceito e Pressupostos	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
18442	VÁLTER DIOGO FREITAS DIAS	O IV Regime Fiscal da Zona Franca da Madeira	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20727	ANA FILIPA CAVACO DOS SANTOS	Prisão perpétua em Portugal: condenação ad eternum versus dignidade humana	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21478	ANA FILIPA LOUREIRO DA SILVA	A admissibilidade da constituição de Assistente no Processo de Contraordenação	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25721	BRUNA FILIPA RODRIGUES	A concretização pelo Legislador Português do Direito de Defesa Constitucionalmente Consagrada ao Arguido em Processo Contraordenacional	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25372	CAROLE CAETANO TELES	O Rapto Parental no âmbito do Crime de Subtração de Menor	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20667	CATARINA DE OLIVEIRA SANTOS DE ALMEIDA	Pena de Prisão e Sistema Prisional	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
16682	JOÃO CARLOS TEIXEIRA DUARTE PEREIRA	Falibilidade da prova testemunhal	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20417	MARIA ISABEL DORNELAS CYSNEIROS CAMPOS COSTA	Conhecimento Fortuito na Prova Eletrónica	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25515	ORLANDO MIGUEL LOURENÇO SALGUEIRO	Os fins das sanções nas infrações tributárias: enquadramento com o sistema sancionatório geral	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20954	ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES	A utilização das redes sociais como meio de prova no processo-crime	INÊS VIEIRA DA SILVA FERREIRA LEITE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345691	SILVINO JOSÉ CORREIA D' OLIVEIRA	A delimitação da ASAE enquanto Órgão de Polícia Criminal (OPC)	INÊS VIEIRA DA SILVA FERREIRA LEITE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25253	ANA SOFIA BRUNHEIRA MATOS	A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal	INÊS VIEIRA DA SILVA FERREIRA LEITE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20657	BRUNA MAIA PRINZO	A Prova da Responsabilidade Médica	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
17871	MAURO ALEXANDRE ALVES AGOSTINHO	Critérios para a escolha da medida de promoção e proteção mais adequada à criança ou ao jovem	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25085	SARA GOMES HERDEIRO	Declarações de Parte e Depoimento de Parte	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25081	RAQUEL MAGALHÃES CARDOSO BORGES LOUREIRO	Justiça Protetiva Cível da Criança Testemunha de Violência Doméstica	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19808	GONÇALO STATTMILLER DE SALDANHA E ALBUQUERQUE BIRG	A Inviolabilidade da Mala Diplomática	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25313	VANESSA DUARTE MATOS DO COUTO	Violação do Direito de Informação sobre assistência consular para um preso num Estado estrangeiro	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação**  
**Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015**  
**(Conselho Científico janeiro 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25528	EDUINA DE LOURDES TEODORO SANHANGA	Os direitos especiais dos sócios e a fusão da sociedade	JOÃO MANUEL CARDAO ESPIRITO SANTO NORONHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
14676	JÚLIO FILIPE FREITAS DA SILVA	A tutela dos terceiros no "Licenciamento Zero"	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
21513	DIANA FILIPA MADEIRA DA SILVA PEREIRA	O direito ao conhecimento das origens biológicas na adoção	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20603	MARA ERICA RUIA LOPES	A Proteção de Dados e as tecnologias de geolocalização	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25652	MARIANA CAMPOLINA SILVA E HEMPRICH	A rejeição das contas do Chefe do Executivo brasileiro pelo Tribunal de Contas da União: uma análise constitucional do acórdão 2461/2015.	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
25264	INÊS MARIA DA SILVA COELHO	O Direito à privacidade e a proteção de dados pessoais: vigilância, videovigilância e a vigilância eletrónica indiscriminada	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
21027	ANA RITA VIEIRA LEITE PEREIRA	A conservação do Capital Social e a distribuição indevida de bens a Sócios	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19602	FILIPA ALEGRIAS NUNES PINTO	A Aquisição Indireta de Empresas	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
21794	JOSÉ PEDRO BERNARDO MAURÍCIO RAMINHOS MATOS	Os deveres e a responsabilidade dos administradores na insolvência	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20867	RITA DA PALMA MATOS	A Suspensão de Deliberações Sociais e a Inversão do Contencioso	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25695	SARA TERESA BARROS PINTO	A responsabilidade nas Sociedades por Quotas	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25141	MAFALDA SOFIA MADEIRA CUNHA LUÍS	State Building da ONU. O caso de Timor	LOURENÇO BANDEIRA MANOEL VILHENA DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
20624	FILIFE MANUEL MATIAS DUARTE	Direito Laboral Coletivo	LUIS ARTUR ALMEIDA ROCHA GONCALVES SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20779	MARGARIDA DE LEMOS PALMEIRO	Os incidentes de qualificação da insolvência	LUIS ARTUR ALMEIDA ROCHA GONCALVES SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19851	SARA ARRÁBIDA MARQUES	Os Serviços Mínimos Durante a Greve: Uma Análise Comparada e Evolutiva	LUIS ARTUR ALMEIDA ROCHA GONCALVES SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25430	FILOMENA MASSOXI AMBRIZ CAXITO	O dever de apresentação à insolvência e responsabilidade dos administradores por insolvência culposa	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20406	INÊS COSTA GOMES PINHEIRO	Conceito de Imitação ou Usurpação de Marcas e Logótipos	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20381	MEGAN ANTUNES LEITE	O Fundo de Garantia Salarial como mecanismo de proteção no âmbito da insolvência	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25559	ANDRÉ MANUEL SANTOS RODRIGUES BARBOSA	Parcerias Público-Privadas, análise do custo/benefício	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
17925	SANDRA PAULA GONÇALVES FERNANDES RÔLO	As Parcerias Público-Privadas e o Orçamento de Estado	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
25433	SÍLVIA MARGARIDA DA SILVA E SOUSA	Contratação Pública no sector das energias renováveis: perspetiva nacional e europeia	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
25612	ANA FILIPA FIGUEIRA ANDRADE	A crise financeira de 2007/2008 nas Parcerias Público-Privadas em Portugal - Case Study	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
17982	ANA MARGARIDA VICENTE DA SILVA	O Papel da União Europeia no Contexto Internacional: A Identidade, Intervenção e o Estatuto Legal da U.E. nas Organizações Internacionais	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25268	DIANA FILIPA CABRAL BOTELHO	A Concorrência dos Sistemas de Justiça Internacional	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25060	MELANIE ARAÚJO CRUZ	A luta contra o terrorismo na União Europeia: desafios na proteção dos direitos e liberdades fundamentais	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25633	GIOVANI JOSÉ DE PÁDUA BELTRÃO LAPENDA	União Europeia: Responsabilidade dos países membros ante o Tribunal de Justiça	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12346186	BEATRIZ ISABEL ABELHA FRÓIS	As questões patrimoniais do divórcio e a Alienação Parental	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
23073	CÁTIA ALVES MONTEIRO	Introdução às bases do Direito das Crianças	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345739	JOÃO PEDRO ROSA DOMINGOS	Third-party ownership	MARIA RAQUEL ALEIXO ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

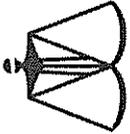
**Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação**  
**Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015**  
**(Conselho Científico janeiro 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25384	MARIA JOÃO FERRAZ DE OLIVEIRA GOMES	Contratação Pública e conflitos de interesses	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
21445	MARIA CATARINA CASQUINHA BORGES	A sanção pecuniária compulsória na arbitragem	MIGUEL FERNANDO PESSANHA TEIXEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25605	CÁTIA SOFIA LOURENÇO CARDOSO	Terrorismo Islâmico- O autodenominado Estado Islâmico	MIGUEL JOSE LOPES ROMÃO	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25611	ANA MARIA NASCIMENTO CALDAS LINS	Medidas estatais e abuso de posição dominante: a aplicação conjugada dos artigos 102.º e 106.º, n.º 1 do TFUE	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
18337	PAULA FERREIRA ROSA	A Diretiva relativa a Ações de Indemnização por Violação das Regras de Concorrência e o regime jurídico da Clemência na Ordem Jurídica Nacional	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25370	ANTONIO PAULO DA SILVA AMARAL DO COITO	A regulação económica como instrumento para a sustentabilidade ambiental no sector das águas	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25285	LEONILDO JOVANY KATALECO MACEDO DA CUNHA	O papel da contratação pública no comércio internacional de Angola	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
19707	LUIS MIGUEL FIALHO SEVERINO	O Infarmed como entidade reguladora do medicamento à luz da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
17513	RAÚL VAZ RAMIRES VIEIRA DA SILVA	A Independência orçamental das entidades reguladoras à luz da nova Lei-Quadro	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
21450	MARIA INÊS HONÓRIO DE MATOS CAVACO	Auxílios de Estado: O Critério da Seletividade	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
25407	ANA RITA NOGUEIRA REIS DE CASTRO OLIVEIRA	Arbitragem Tributária e Avaliação por Métodos Indiretos: Porque não?	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20884	PATRÍCIA ALEXANDRA SABINO FERREIRA	A influência ou importância dos deveres do sujeito passivo na relação jurídica tributária e a sua relação com a evasão fiscal	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25479	ANA CATARINA DA SILVA FERREIRA RIBEIRO	A cibercriminalidade no contexto da defraudação da ciberidentidade	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346191	BRIGITE CALETE ALVES	O papel do perito em tribunal: Uma simples testemunha qualificada? A importância do testemunho pericial em tribunal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20847	CATARINA SENGO FURTADO	A utilização do ciberespaço no combate ao terrorismo e o princípio do nemo tenetur	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25383	LYDIE JORGE BATISTA	A (im)possibilidade do recurso ao malware como meio de obtenção de prova em processo penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25573	MONICA MARLEY DE SÁ NOGUEIRA COOPER	Crianças Talibés: Práticas Religiosas ou Violação dos Direitos Fundamentais dos Menores na Guiné-Bissau	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25188	NUNO JOSÉ CÂNDIDO DIAS	Terrorismo na Aviação Civil - O Abate de Aeronaves Civis como meio de evitar a concretização de um ato de interferência ilícita	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25517	PAULA MARIA LOURENÇO BELO	Buscas Domiciliárias	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25238	JOÃO FÉLIX TAVARES RODRIGUES CARDOSO	Especial Complexidade do Processo no ordenamento jurídico cabo-verdiano (em busca de um novo conceito interpretativo e novas práticas judiciais)	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
18668	LARA FILIPA BASTOS DA COSTA	O Direito de Retenção em Processo de Insolvência	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25327	BÁRBARA MÓNICA QUINTAS SOARES	O Dever de Lealdade: A Dicotomia entre Exclusividade e Não Concorrência, Aplicada à Prática Laboral	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25233	ALBINO CAMBULO	A Influência dos Movimentos Nacionalistas Internacionais na Ideia de Liberdade em Angola	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25488	PEDRO MIGUEL DIAS SANTOS SIMÕES DE MELO	Portugal: A neutralidade na 2ª Guerra Mundial	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25638	VALQUIRIA AVELAR DE SOUZA BUENO LOBATO	História, verdade e memória no contexto da justiça de transição sul-americana: a experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos quando à anistia	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
20765	INÊS MARIA FRANCO DUARTE MEDEIRA RAMOS	A insolvência e as garantias reais	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25391	IRINA MARTINS TEIXEIRA DA SILVA	A dupla conforme no recurso de Revista: a fundamentação essencialmente diferente como elemento introduzido pelo Código de Processo Civil de 2013	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20939	ANDREIA PATRÍCIA DOS RAMOS FRANÇA	Dos Efeitos do Processo Especial de Revitalização sobre Convedores e Terceiros Garantes	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25354	DIOGO JOSÉ DA SILVA MOREIRA	A subordinação de crédito. Natureza e Limites	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS

**Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação**  
**Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015**  
**(Conselho Científico janeiro 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
17393	LAURA ISABEL ANDRÉS SANTOS	A insolvência dos Condomínios. Contributo para o estudo da natureza e regime da responsabilidade do condomínio	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20635	INÊS PIRES SEBASTIÃO	Ações de Prevenção Criminal - Competência dos Órgãos de Polícia Criminal	RUI FILIPE SOARES PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25712	ANA MARGARIDA FERNANDES SANTANA VERDASCA SOBRAL	A Europeização da Proteção dos Refugiados e os novos desafios para o Direito Internacional	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
20662	ISABEL MARIA MACEDO FRAGA MIMOSO	Democracias Iliberais	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25555	JOÃO PEDRO MARTINS MARQUES	A União Bancária e a criação da Autoridade Europeia de Resolução	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25558	SILVANO JUNIRELSON GOMES EPALANGA	Regulação e Supervisão do Mercado dos Valores Mobiliários Angolano	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25348	ANA FILIPA DE ALMEIDA GUIOMAR MENDES LOPES	As Teorias Económicas do Comportamento Criminoso e o Agente em tempos de Crise Económico-financeira	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
25527	JOANA INÊS CASTANHEIRA LOURENÇO	Análise Económica no âmbito do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
20944	MARIA PINTO BASTO LOURENÇO	Uma abordagem da economia comportamental à questão dos refugiados	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
20391	ANA RITA PIEDADE GRAÇA	Estatuto processual dos administradores e gerentes da pessoa coletiva, ao tempo da prática do facto, no processo penal contra esta instaurado	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25373	ARTUR MACHADO OLIVEIRA	Violação dos Deveres de Vigilância e Controlo: Responsabilização Penal da Pessoa Coletiva e do seu Dirigente	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20501	CLÁUDIA FINO DA SILVA ZORRO	O direito de defesa da pessoa jurídica e o Estatuto processual do seu dirigente no processo-crime contra ela dirigido, nos casos do artigo 11.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Código Penal	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19603	FILIPA ALEXANDRA BENTO DOS SANTOS	Dever de Colaboração e Princípio da Não Autoincriminação - em especial o problema da transferência de informações do processo administrativo para o processo penal na Responsabilidade das Pessoas Coletivas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21014	GONÇALO MIGUEL GINGADO PARELHO	O conflito entre o cumprimento de deveres de cooperação fiscal e o direito à não autoincriminação do contribuinte	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25575	INÊS DE ORNELAS FOUTO VARELA	A Imputação Objetiva em Direito Penal - Alguns Problemas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19640	INÊS TAVARES ROSA VIEIRA	Alteração substancial de factos nas sociedades em relação de grupo	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19647	JOANA ANDREIA PEREIRA GUERREIRO	«Bebé-medicamento»: Que direito(s)?	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21464	MADALENA SOFIA RODRIGUES CESTEIRO	O Direito ao Silêncio: em especial a aplicabilidade às Pessoas Coletivas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20777	NUNO MIGUEL FERNANDES CAETANO	Responsabilidade penal e cultura de cumprimento do direito nos entes coletivos: Sobre o papel da "compliance" criminal na imputação de crimes à pessoa jurídica	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21015	PATRÍCIA ALEXANDRA SANTOS BERNARDES	Grupos Societários: Critérios Atributivos de Responsabilidade Penal à Sociedade-Dominante e/ou à Sociedade-Dominada	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21699	RUI FERNANDO PINTO DO AIDO	Cegueira Deliberada	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20966	SÍLVIA MARQUES PEREIRA CORREIA	Medidas de Coação e de Garantia Patrimonial Aplicáveis às Pessoas Coletivas no Processo Penal	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25231	JOSÉ JÚLIO MENDES DIAS	Criminalidade Organizada: recuperação de ativos em Cabo Verde	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Doc. 2



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

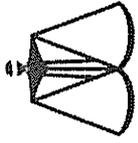
**Solicitação de alteração de Júris**  
**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (Mestrado Científico)**  
**Composição Original**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Flávia Borges Margi 12345737	"O Papel da Defensoria Pública na Garantia do Direito à Tutela Jurisdicional Efetiva e dos Direitos Fundamentais"	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (vogal)

**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (Mestrado Científico)**  
**Composição Solicitada**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Flávia Borges Margi 12345737	"O Papel da Defensoria Pública na Garantia do Direito à Tutela Jurisdicional Efetiva e dos Direitos Fundamentais"	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (presidente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (vogal)

1. Alteração de Júri sugerida no dia 8 de janeiro de 2016 pelo Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

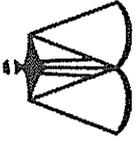


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato		Prof. Orientador	Júri
Alexandre Rocha de Menezes n.º de aluno - 22655 entrega da dissertação em 16/06/2015	"A Liberdade sindical no Brasil: A contratação coletiva do trabalho e o âmbito pessoal de aplicação"	Prof.ª Doutora Maria Do rosário Palma Ramalho	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Prof. Doutor Guilherme Dray Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (arguente)
Filipa Martins Gravelho n.º de aluna - 17280 entrega da dissertação em 16/06/2015	"Contributo para o estudo do Sinalagma Retributivo no Contrato de Trabalho"	Prof.ª Doutora Maria Do rosário Palma Ramalho	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Prof. Doutor Guilherme Dray Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof.ª Doutora Isabel Vieira Borges (arguente)
Pedro Miguel Barrambana Santos n.º de aluno - 17501 entrega da dissertação em 31/07/2015	"Do Assédio Laboral: Pelo Reenquadramento do assédio Moral no Ordenamento Jurídico Português"	Prof.ª Doutora Maria Do rosário Palma Ramalho	Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos Prof. Doutor Raquel Rei Prof. Doutor Guilherme Dray Prof.ª Doutora Isabel Vieira Borges (arguente)

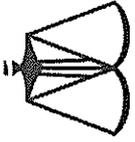


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**Divisão Académica**

Tatiana de Oliveira Pitombo n.º de aluna - 22422 entrega da dissertação em 15/06/2015	“Liberdade Sindical no Brasil e Portugal à Luz das Normas da Organização Internacional do Trabalho - OIT.”	Prof.ª Doutora Maria Do rosário Palma Ramalho	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Prof. Doutor Guilherme Dray (arguente) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof.ª Doutora Isabel Vieira Borges
--	---	---	--

1. Constituição de júri sugerida no dia \_\_\_\_\_
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

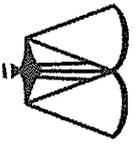


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO CIENTÍFICO)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Iris Catarina Dias Teixeira n.º de aluno - 12345914	"Responsabilidade e limites do poder judiciário federal na realização do Direito Fundamental de acesso à justiça: O caso Brasileiro"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente) Prof. Doutor Jaime Valle (vogal)
Heitor Magalhães de Sousa Kadri n.º de aluno - 12346450	"Reconhecimento de decisões judiciais estrangeiras numa perspetiva luso-brasileira"	Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro	Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira (arguente) Prof. Doutor João Miranda (vogal) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (vogal)

1. Constituição de júri sugerida no dia 12 de janeiro de 2016, pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



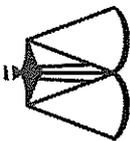
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (MESTRADO CIENTÍFICO)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Roseli Palaro di Pietro n.º de aluno - 12346184	"O Processo Administrativo Disciplinar frente aos Direitos Fundamentais e o Constitucionalismo contemporâneo brasileiro"	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente e orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (vogal) Prof.ª Doutora Ana Neves (arguente) Prof. Doutor Jaime Valle (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 12 de janeiro de 2016, pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

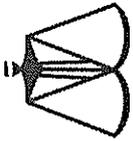
Dec. 6



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (MESTRADO CIENTÍFICO)**  
**ESMAPE**

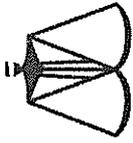
Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Giuliano Maximo Martins n.º de aluno - 12346111 2.º Curso	"O depoimento da criança no processo civil e sua valoração probatória"	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão Prof.ª Doutora Isabel Alexandre (arguente) Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos
Iure Pedroza Menezes n.º de aluno - 12346061 1.º Curso	"Caso Julgado no Direito Hodierno: uma análise do conflito entre a segurança jurídica e a verdade no processo civil"	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor Manuel Januário Gomes Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (arguente) Prof. Doutor Rui Pinto
Luciana Costa Aglantzakis n.º de aluno - 12346115 2.º Curso	" Responsabilidade civil do consumidor pessoa física superendividado no Direito Brasileiro "	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof. Doutor José Fernando Simão Prof. Doutor Adelaide Menezes Leitão (arguente) Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira
Luis Martius Holanda Bezerra Junior n.º de aluno - 12346117 2.º Curso	" O Tempo e o Direito na Sociedade de Informação: O limite Temporal para a manutenção de informações pessoais como corolário de um direito de personalidade "	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão (arguente) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves Prof. Doutor José Ferreira Gomes



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Marcelo Andrade Campos Silva n.º de aluno - 12346118 2.º Curso	" A Ação Direta da Vítima contra a seguradora nos seguros facultativos de responsabilidade civil na dogmática brasileira"	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof. Doutor José Fernando Simão Prof. Doutor José Alberto Vieira (arguente) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
Maria Cristina Souza Leão de Castro n.º de aluno - 12346067 1.º Curso	" Tomada de decisão pela salvaguarda de um processo Civil Justo: A antirijudicidade da aplicação da norma que veda a admissibilidade da prova obtida por meios ilícitos, à luz do tema da ponderação principiológica"	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor Fernando Araújo Prof. Doutor José Fernando Simão Prof.a Doutora Isabel Alexandre (arguente) Prof. Doutor Rui Pinto
Sónia Maria Amaral Fernandes Ribeiro n.º de aluno - 12346121 2.º Curso	" Responsabilidade Civil Extracontratual por Omissão do Estado Brasileiro e os Direitos Fundamentais dos Sujeitos de Direitos Especificados na Constituição de 1988"	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof. Doutor José Fernando Simão (arguente) Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro Prof.a Doutora Cláudia Madaleno
José Gonçalves de Alencar n.º de aluno - 12346063 2º Curso	"A prova ilícita na Investigação de Paternidade"	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof. Doutor José Fernando Simão Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (arguente) Prof.a Doutora Elsa Dias Oliveira

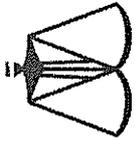
1. Constituição de júri sugerida, pelo Senhor Professor Doutor \_\_\_\_\_
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO CIENTÍFICO)**  
**ESMAPE**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gleudson de Oliveira Grisoste Barbosa n.º de aluno - 12346131 2.º Curso	"A Justiciabilidade do princípio geral de igualdade"	Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho	Prof. Doutor Jorge Reis Novais Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (arguente) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho
Jones Gattass Dias n.º de aluno - 12346141 2.º Curso	" A Internação forçada do Toxicodependente: Uma perspectiva Brasileira, sob um contraste Lusitano, acerca da proporcionalidade da medida em face da dignidade da pessoa humana"	Prof. Doutor Rui Fonseca	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof. Doutor Francisco Queiroz Cavalcanti Prof. Doutor Jaime Valle (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca
José Raimundo dos Santos Costa n.º de aluno - 12346086 1.º Curso	Controle Judicial de Políticas Públicas no Brasil: Limites da intervenção do poder judiciário na execução de políticas para a efetivação de direitos fundamentais sociais à prestação	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva Prof. Doutor Francisco Queiroz Cavalcanti (arguente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
Luatom Bezerra Adelino de Lima n.º de aluno - 12346144 2.º Curso	A Interpretação Constitucional no controle difuso de Constitucionalidade ante a omissão do estado na efetivação dos Direitos Fundamentais	Prof. Doutor Rui Fonseca	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista Prof. Doutor Francisco Queiroz Cavalcanti Prof. Doutor Jaime Valle (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Nelson Batista da Silva Norberto n.º de aluno - 12346145 2.º Curso	A mediação como instrumento de concretização do Direito à Justiça sob um contexto de ruína judicial no Brasil	Prof. Doutor Rui Fonseca	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão Prof. Doutor José Alexandre Sousa Pinheiro (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca
Pedro Pereira Pimenta n.º de aluno - 12346146 2.º Curso	A mediação como instrumento de Conflito entre regras na Constituição Brasileira de 1988: Contributo a partir da teoria dos Princípios de Alexy	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito	Prof. Doutor Fernando Araújo Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
Wanderlei José dos Reis n.º de aluno - 12346147 2.º Curso	Sentido Evolutivo do Controle de Constitucionalidade no Brasil	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva Prof. Doutor Francisco Queiroz Cavalcanti Prof. Doutor Jorge Reis Novais Prof. Doutor Lourenço Vilhena Freitas (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida, pelo Senhor Professor Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de fevereiro de 2016

### - Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
CATIUCE RIBAS BARIN (n.º 12345776) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS (2012-2013)	20.10.2015	Programas de intervenção com agressores: resposta penal eficaz nos casos de violência doméstica contra as mulheres?	Programas de intervenção com agressores: uma resposta penal eficaz nos casos de violência doméstica contra as mulheres?	Prof. Doutor Augusto Manuel Gomes Silva Dias	Sim
FRANCISCO JOSÉ POLICARPO BAPTISTA (n.º 12346462) - MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS (2013-2014)	20.10.2015	Os Clubes Desportivos Angolanos	Os Clubes Desportivos no Direito Angolano	Prof.ª Doutora Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Sim
MARIA LUISA DA SILVA LANÇA (n.º 12345771) - MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (2012-2013)	21.10.2015	A relevância jurídica das situações de facto decorrentes de atos nulos de gestão urbanística.	A atribuição de efeitos jurídicos às situações de facto decorrentes de atos nulos de gestão urbanística.	Prof. Doutor João Pedro Oliveira Miranda	Sim
JOÃO RICARDO VALBOM BAPTISTA (n.º 15930) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (2010-2011)	26.10.2015	O Risco Próprio do Contrato. Entre as Circunstâncias e a Álea.	Os Grupos Societários de Facto e a Tutela dos Credores	Prof.ª Doutora Ana Paula Mota Costa Silva	Sim



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
LÍLIA CATARINA MARQUES PAIS (n.º 12346346) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	29.10.2015	A tutela penal da propriedade intelectual e as tecnologias de informação	Derrogação do sigilo bancário para efeitos tributários	Ver em pedidos de alteração de orientador de Mestrado	Sim
ANA CATARINA FERREIRA DOMINGOS (n.º 20386) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	02.11.2015	O direito dos pais castigarem os filhos	O Poder de correcção dos pais	Prof.ª Doutora Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Sim
MARIA PAULO REBELO (n.º 18277) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (2012-2013)	02.11.2015	As funções da marca e princípio da especialidade. Articulação entre os mecanismos de tutela de marca e de concorrência desleal.	Uso de marca	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão	Sim
FLÁVIO ROBERTO FALCÃO PEDROSA (n.º 12346407) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (2013-2014)	11.11.2015	Conceito Jurídico Indeterminado	Responsabilidade pela Poluição dos Rios Transfronteiriços no Brasil	Prof. Doutor Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira Silva	Sim
FRANCISCO MÁRIO (n.º 12345876) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS (2012-2013)	19.11.2015	O sistema de controlo dos dinheiros públicos em Angola, numa perspectiva de teoria das Finanças Publicas e Direito Financeiro	Controlo Jurisdicional dos dinheiros Público em Angola (Teoria Contributiva Sobre Finanças Públicas e o Direito Financeiro)	Prof. Doutor Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Sim



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
VÂNIA ALEXANDRA DOS SANTOS SIMÕES (n.º 19889) - Mestrado em Direito - Jurídico-Empresariais (2013-2014)	27.11.2015	Os Aspectos Jurídico Internacionais do E Business -Um contributo Internacional Privatista para a sua melhor compreensão	O direito aplicável e a jurisdição internacionalmente competente no comércio eletrónico internacional - em especial o Business to Business.	Prof. Doutor Luis Pedro Rocha Lima Pinheiro	Sim
MADALENA SOFIA RODRIGUES CESTEIRO (n.º 21464) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2014-2015)	06.12.2015	O Direito ao Silêncio: em especial a aplicabilidade às Pessoas Colectivas	O direito ao silêncio da Pessoa Colectiva	Prof. Doutor Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Sim
TELMA FILIPA SANTOS ROCHA (n.º 19876) - Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Laborais (2013-2014)	18.12.2015	O Poder Diretivo e o Poder Disciplinar no Direito Laboral Desportivo	Contrato de trabalho desportivo: a participação do trabalhador nas seleções nacionais	Prof.ª Doutora Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Sim
ILDA MARIA FERNANDES VALENTE (n.º 12346546) - Mestrado em Direito Administrativo (2013-2014)	21.12.2015	A Justiça Administrativa	O Direito a Uma Decisão Administrativa em Prazo Razoável	Prof.ª Doutora Carla Maria Fermento Amado Gomes	Sim
BÁRBARA INÊS TERÊNCIO ANICETO (n.º 19516) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2013-2014)	08.01.2016	O arguido - declarações, confissão e o privilégio de não auto-incriminação	"A REVISÃO DE 2013 AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" e como subtítulo "AS DECLARAÇÕES DO ARGUIDO E A ESTRUTURA ACUSATÓRIA DO PROCESSO PENAL"	Prof.ª Doutora Carlota Julia Seabra Pizarro Almeida	Sim



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
CÉSAR MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES (n.º 20398) - Mestrado em Direito - Jurídico-Empresariais (2013-2014)	09.01.2016	As divergências entre o lucro tributável e o lucro contabilístico	Análise da Limitação à Dedutibilidade de Gastos de Financiamento - Uma perspectiva sobre o passado, presente e futuro	Prof. Doutor Carlos Manuel Batista Lobo	Sim
NUNO RICARDO PICA DOS SANTOS (n.º 19915) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2013-2014)	12.01.2016	Meios de obtenção de prova em direito contra-ordenacional e o alcance do direito subsidiário. Do RGCO aos regimes sectoriais: em especial, o regime da concorrência.	Âmbito de atuação dos seguros privados na prevenção criminal: A intervenção perante o crime.	Prof. Doutor Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Sim
FILIPA ALEXANDRA BENTO DOS SANTOS (n.º 19603) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2014-2015)	15.01.2016	Dever de Colaboração e Princípio da Não Autoincriminação - em especial o problema da transferência de informações do processo administrativo para o processo penal na Responsabilidade das Pessoas Coletivas	Pessoas colectivas, dever de colaboração, não autoincriminação e transferência de informações do processo administrativo para o processo penal	Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Sim



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Professor Orientador aprovado	Professor Orientador solicitado	Concordância / recomendação do Orientador
LÍLIA CATARINA MARQUES PAIS (n.º 12346346) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	29.10.2015	Ver em alteração do tema de dissertação de Mestrado	Prof. Doutor Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira	Sim
ANABELA DA SILVA GUERREIRO (n.º 12346330) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	06.12.2015	O Cibercrime, os métodos ocultos de investigação e a nova criminalidade	Prof. Doutor João Miguel Range Prata Roque	Prof.ª Doutora Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Sim
JOCIARA YANIRA CORREIA CARDOSO (n.º 12346370) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	14.12.2015	O princípio do Nemo Tenetur no contexto da sujeição de exames por parte do arguido	Prof. Doutor João Miguel Range Prata Roque	Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Sim



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Mestrados - Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação - Mestrados com parte curricular concluída - Pedidos extemporâneos

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador solicitado	Curso	Prazo normal de inscrição na fase da dissertação	Prazo de entrega da dissertação proposto
MÓNICA ANDREIA REBELO LOPES TAVARES (n.º 12346556) - Mestrado EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2013-2014)	28.10.2015	Alargamento das Plataformas Continentais além das 200 milhas marítimas	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais	24.11.2015	21.01.2016
GILSON EDUARDO VAZ GOMES PINTO (n.º 12346362) - Mestrado EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2013-2014)	28.10.2015	Arbitragem Tributária em Cabo Verde- Um Olhar sobre novos desafios	Prof. Doutor Guilherme d'Oliveira Martins	Mestrado em Direito - Jurídico-Empresariais	24.11.2014	21.01.2016



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Requerimentos

(Reunião do Conselho Científico janeiro de 2016)

### -PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO REQUERIDO/PRAZO DE VALIDADE DE REGISTO DO TEMA	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA/RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
<b>ROGÉRIO PIQUET BARREIRA GONÇALVES</b> (ALUNA Nº21713) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	27.10.2015	27.02.2013	Até 27.02.2017/ 27.02.2018	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim.
<b>JOÃO PAULO DA CUNHA RENDEIRO CHUMBINHO</b> (ALUNO Nº3190049) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	*04.11.2015	06-06-2012	Até 31.12.2016/ 06.06.2017	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim.
<b>PEDRO GONÇALO COELHO NUNES DE MELO</b> (ALUNO Nº3190117) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	09.11.2015	09.05.2012	Até 9.05.2016/ 9.05.2017	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim.
<b>PAULO VESTIM GRANDE</b> (ALUNO Nº21545) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	19.11.2015	12.12.2012	Até 12.12.2016/ 12.12.2017	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão	Sim.
<b>MIGUEL DA COSTA ANTÓNIO CARVALHO</b> (ALUNO Nº21586) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	23.11.2015	18.07.2012	Até 19.07.2016/ 18.07.2017	Prof. Doutor Carlos Lobo	Sim.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO**

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO REQUERIDO/PRAZO DE VALIDADE DE REGISTO DO TEMA	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA/ RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
<b>FREDERICO JORGE GOUVEIA DE MELO</b> (ALUNO Nº18856) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	19.11.2015	15.12.2010	Até 01.07.2016/ 15.12.2015	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	Sim.
<b>SANDRA MARGARIDA LOPES LUÍS</b> (ALUNA Nº11367) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	23.11.2015	15.12.2010	Até 9.05.2016/ 15.12.2015	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim.
<b>LIRIAM KIYOMI TIUJO DELGADO</b> (ALUNA N.º12346017) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	08.12.2015	24-10-2012	Até 24.10.2016/ 24.10.2017	Prof. Doutor Luís Morais	Sim.
<b>LÍVIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ</b> (ALUNA N.º18857) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	18.12.2015	21.04.2010	Até 21.10.2016/ 21.04.2020	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
<b>JOÃO ALEXANDRE PATEIRA FERREIRA</b> (ALUNO N.º 10457) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	23.12.2015	26.09.2012	Até 31.12.2016/ 26-09-2017	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Sim.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO**

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO REQUERIDO/PRAZO DE VALIDADE DE REGISTO DO TEMA	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA/ RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
<b>LENILMA CRISTINA SENA DE FIGUEIREDO MEIRELLES (ALUNA N.º 5070010)</b> DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	23.12.2015	25.06.2008	Até 25.12.2016/ 25.06.2018	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim.
<b>MICHELLE CHALBAUD BISCAIA HARTMANN (ALUNA N.º 21542)</b> DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	28.12.2015	27.02.2013	Até 27.02.2017/ 27.02.2018	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Sim.
<b>ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO (ALUNO N.º18705)</b> DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	04.01.2016	26.01.2011	Até 26.01.2017/ 26.01.2016	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Sim.

\*OBSERV.: O aluno nº3190049, João Paulo da Cunha Rendeiro Chumbinho, solicita no requerimento a dispensa do pagamento de propinas, sendo o assunto da competência do Diretor da Faculdade.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

-PEDIDO DE READMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	TEMA	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA/RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
ANDERSON FURLAN FREIRE DA SILVA (ALUNO Nº3160011) DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	*11.11.2015	01.07.2009	<i>"Instrumentos Fiscais de Proteção Ambiental em um Estado Federal: Sistematização de Otimização perante o Direito Brasileiro"</i>	Prof. Doutor Fernando Araújo	Sim.

\*OBSERV.:

\*O aluno obteve a aprovação à preparação da tese de doutoramento pelo Conselho Científico de 01.07.2009, com data de entrega da tese até ao dia 01.07.2014;

.Vem agora solicitar através de requerimento a readmissão à preparação da tese de doutoramento, mantendo o mesmo Professor Orientador – Prof. Doutor Fernando Araújo, projeto e tema anteriores, juntando para os devidos efeitos a anuência do Orientador.

Nos termos do esclarecimento do Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados – Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro de 23.01.2013, o Conselho Científico esclareceu:..."*que a entrega da tese de doutoramento não está sujeita a prazo, sem prejuízo da caducidade do registo da tese nos termos do art.º 42º/3 do Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa.*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
SAMORA ILÍDIO DELGADO SAMPA (ALUNO N.º 18780)	22.12.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	"Alienação em Garantia no Direito da OHADA"	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves. Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito de Bissau em 26.07.2006 com a classificação final de 14 (catorze) valores;  Conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico, na FDUL em 20.09.2012, com a classificação final de 17 (dezassete) valores.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/ Aceitação/ Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
BRUNA SOUZA PAULA (ALUNA Nº 25100)	21.10.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS HISTÓRICO- JURÍDICAS	<i>“O Direito ao nome e a identidade familiar”</i>	Prof. Doutor Paulo Otero. Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Bacharelato na Universidade de Fortaleza - UNIFOR em 2007;  Conclusão do Curso de Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS, na FDUL em 2012, com a classificação final de 16 (dezasseis) valores.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
ALEXANDRE TEIXEIRA NETO GUERREIRO (ALUNO Nº 13059)	30.10.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	<i>“Requiem pela Soberania: Direito de Ingerência ou Relações Interestaduais sem Consentimento?”</i>	Prof. Doutor Maria Luísa Duarte. Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Licenciatura em Direito, em 19-07- 2006, na FDUL com a classificação final de 14 (catorze valores;  Conclusão do Curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO- INTERNACIONAIS, na FDUNL, em 09.06.2011, com a classificação final de 17(dezassete) valores.  Frequência da parte curricular do Doutoramento em Direito (3º ciclo de estudos) em 2015- 2016, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
MARCUS GOUVEIA DOS SANTOS (ALUNO Nº 12345692)	03.11.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	<i>“O princípio da socialidade como princípio estruturante do Estado de Direito democrático na Constituição brasileira”.</i>	Prof. Doutor Jorge Miranda. Sim/Sim/Sim	Conclusão do Curso de Bacharelato na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em agosto de 2000;  Conclusão do Curso de Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS, na FDUL, em 16.10.2015, com a classificação final de 16 (dezassex) valores.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Candidatura à 2.<sup>a</sup> fase do doutoramento (preparação da tese) - Doutorando com parte curricular concluída - Pedido extemporâneo.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Tema da tese solicitado	Professor Orientador solicitado/Aceitação	Curso	Prazo normal de inscrição na fase da tese	Prazo de entrega da tese proposto
MARIA DE FÁTIMA BILRO FONSECA (ALUNA N.º12346152)	03.02.2015	"Interrogação sobre a posição de poder do empregador no contrato de trabalho".	Prof. <sup>a</sup> Doutora M. <sup>a</sup> do Rosário Palma Ramalho/Sim	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	03.06.2015	03.06.2018

(\*) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovado em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano letivo é de 03.06.2015, tendo concluído a fase escolar do curso em 2013/2014. Assim sugere-se que para a contagem do prazo da entrega da tese de doutoramento do aluno seja determinado o mesmo prazo aprovado para os alunos do ciclo de estudos do requerente: 03.06.2018.

(\*\*) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovada em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano letivo.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

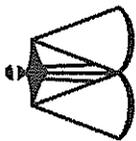
- Candidatura à 2.<sup>a</sup> fase do doutoramento (preparação da tese) - Doutorando com parte curricular concluída - Pedido extemporâneo.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Tema da tese solicitado	Professor Orientador solicitado/Aceitação	Curso	Prazo normal de inscrição na fase da tese	Prazo de entrega da tese proposto
HERÁCLITO DEMÓSTENES ALBINO PEDRO (ALUNO Nº 12345938)	26.10.2015	"O fenómeno migratório em Angola na era da globalização e os desafios colocados ao Direito Internacional Privado".	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro/ Sim.	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	18.06.2014	18.06.2017

(\*) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovado em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano letivo é de 18.06.2014, tendo concluído a fase escolar do curso em 2012/2013. Assim sugere-se que para a contagem do prazo da entrega da tese de doutoramento do aluno seja determinado o mesmo prazo aprovado para os alunos do ciclo de estudos do requerente: 18.06.2017.

(\*\*) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovada em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano letivo.

Dec. 14

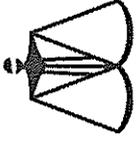


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS  
Alteração da Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p><b>Orlando Faccini Neto</b> (Aluno nº 22687) Entrega da tese de doutoramento em 15/06/2015</p>	<p><i>“A Constituição Penal: aportes hermenêuticos para uma teoria do crime constitucionalmente adequada”.</i></p>	<p>Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Fernanda Palma</p>	<p>Prof. Doutor José Duarte Nogueira (Presidente) Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria João Antunes (FDUC); Prof. Doutor Frederico da Costa Pinto (FDUNL); Prof. Doutor Paulo Otero; Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Fernanda Palma (Orient.); Prof. Doutor Augusto Silva Dias; Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes; Prof.<sup>ª</sup> Doutora Helena Morão</p>



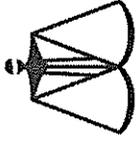
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS  
Alteração da Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p><b>Duarte Alberto Rodrigues Nunes</b> (Aluno nº 7047) Entrega da tese de doutoramento em 31/03/2015</p>	<p><i>“O Problema da admissibilidade dos métodos “ocultos” de investigação criminal como instrumento de resposta à criminalidade organizada. Contributo para uma adequação do Direito português às exigências de uma resposta eficaz à criminalidade organizada em matéria de utilização de métodos “ocultos” de investigação criminal”.</i></p>	<p>Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Fernanda Palma</p>	<p>Prof. Doutor José Duarte Nogueira (Presidente) Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria João Antunes (FDUC); Prof. Doutor José Manuel Damião da Cunha (EDUCP/Porto); Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Fernanda Palma (Orient.) Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto; Prof. Doutor Augusto Silva Dias; Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes; Prof.<sup>ª</sup>. Doutora Teresa Quintela</p>

Doc. 15



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS  
Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<b>Filipe Alberto da Boa Baptista</b> (Aluno nº 19015) Entrega da tese de doutoramento em 26/10/2015	<i>“Estado de Direito e Poder Judicial- um espaço para o Provedor de Justiça”.</i>	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira (Presidente) Profª. Doutor Maria Lúcia Amaral Prof. Doutor Nuno Piçarra Prof. Doutor Paulo Otero (orientador) Prof. Doutor Maria João Estorninho Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes Prof. Doutor António Jorge Reis Novais Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos

15 - 19  
FEV.

Professora Doutora  
**Marine Toullier**  
University of Rouen

**GLOBALIZAÇÃO E PROTEÇÃO  
INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

22 - 26  
FEV.

Professor Doutor  
**Jaap de Zwaan**  
Erasmus University Rotterdam

**COOPERAÇÃO DA JUSTIÇA E DOS  
ASSUNTOS INTERNOS DA UNIÃO EUROPEIA**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

29 FEV.  
- 04 MAR.

Professora Doutora  
**Rute Saraiva**  
Faculdade de Direito  
da Universidade de Lisboa

**DIREITO E ECONOMIA SOCIAL**

Horário:  
**11h00 às 13h00**  
Idioma: Inglês

07 - 11  
MAR.

Professor Doutor  
**Seul Otmar**  
University of Paris  
Guest-Nanterre-La Defense

**LOCAL DE TRABALHO E REPRESENTAÇÃO  
AO NÍVEL DA ADMINISTRAÇÃO**

Horário:  
**11h00 às 13h00**  
Idioma: Inglês

14 - 18  
MAR.

Professor Doutor  
**Janez Kranjc**  
University of Ljubljana

**A CORRUPÇÃO COMO UM PROBLEMA  
DA NOSSA SOCIEDADE**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

21 - 23  
MAR.

Professor Doutor  
**Jacques Ziller**  
Università di Pavia

**DIREITO ADMINISTRATIVO EUROPEU:  
FUNDAÇÕES E QUESTÕES ATUAIS**

Horário:  
**Dia 21 - 14h00 às 18h00**  
**Dias 22 e 23 -**  
**14h00 às 17h00**

28 MAR.  
- 01 ABR.

Professor Doutor  
**Bernd Oppermann**  
Hannover University

**DIREITO DA CONCORRÊNCIA EUROPEU I:  
A LEI DA ESTRUTURA DE MERCADO**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

04 - 08  
ABR.

Professor Doutor  
**Silvio Beltrão**  
Universidade Federal  
de Pernambuco

**DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Horário:  
**11h00 às 13h00**  
Idioma: Português

11 - 15  
ABR.

Professor Doutor  
**Vicente Sanjurjo**  
Universidade de  
Santiago de Compostela

**TEORIA GERAL DO FEDERALISMO**

Horário:  
**11h00 às 13h00**  
Idioma: Espanhol

11 - 15  
ABR.

Professor Doutor  
**Pierre-Henri Prélot**  
Université Cergy-Pontoise

**BIOÉTICA**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

18 - 22  
ABR.

Professor Doutor  
**Fausto Vecchio**  
Università degli  
Studi di Enna "Kore"

**DIREITO CONSTITUCIONAL EUROPEU**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

26 - 29  
ABR.

Professor Doutor  
**Cláudio Brandão**  
Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais

**HISTÓRIA DA TEORIA DO CRIME**

Horário:  
**11h00 às 13h30**  
Idioma: Português

09 - 13  
MAI.

Professor Doutor  
**Guilherme Martins**  
Faculdade de Direito  
da Universidade de Lisboa

**FINANÇAS PÚBLICAS GLOBAIS:  
NOVOS DESAFIOS**

Horário:  
**18h00 às 20h00**  
Idioma: Inglês

16 - 20  
MAI.

Professor Doutor  
**Andreas Schwartze**  
University of Innsbruck

**INTRODUÇÃO AO DIREITO  
PRIVADO EUROPEU**

Horário:  
**11h00 às 13h00**  
Idioma: Inglês

16 - 20  
MAI.

Professor Doutor  
**Russel Weaver**  
University of Louisville

**INTRODUÇÃO À CONSTITUIÇÃO  
NORTE-AMERICANA**

Horário:  
**16h00 às 18h00**  
Idioma: Inglês

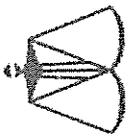
Doc. 17



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
*Júris de Doutoramento*

N.O.	Nome do candidato	Título	Presidente	Arguente Principal	Arguente	Arguente	Vogal	Data (Previsão)
1	Augusto Paulino	Tutela dos Consumidores Financeiros no Direito Moçambicano	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Prof. Doutor Teodoro Waty	Prof. Doutor Armando C. Dimande	Prof. Doutor Manuel Januário da Costa Gomes	25/04/2016 15h
2	Boaventura Salomão Mahuaie Gune	Da Desconsideração da Personalidade Jurídica Societária e da Responsabilidade Civil a ela conexas: Contributo para o seu estudo no Direito Moçambicano	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Prof. Doutor Armando Dimande	Prof. Doutor Teodoro Waty	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	26/04/2016 10h
3	Duarte da Conceição Casimiro	O Contrato de Trabalho a Prazo no Direito Moçambicano	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Prof. Doutor Benjamim Alfredo	Prof. Doutor Armando C. Dimande	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	26/04/2016 15h
4	Teresa Filomena Muenda	O Incumprimento do Contrato de Trabalho no Ordenamento Jurídico Moçambicano	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Prof. Doutor Benjamim Alfredo	Prof. Doutor Aurélio João Mendiante	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	27/04/2016 10h
5	António Armindo Longo Chuva	A Harmonização do Direito Aduaneiro da África Austral	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Paz Ferreira	Prof. Doutor Teodoro Waty	Prof. Doutor Armando Dimande	Prof. Doutor Fernando Araújo	14/6/2016 15h
6	Mateus da Cecília Feniassa Saize	Política Geral do Desenvolvimento Rural de Moçambique	Magnífico Reitor	Professor Doutor Paz Ferreira	Prof. Doutor Benjamim Alfredo	Prof. Doutor Teodoro Waty	Prof. Doutor Fernando Araújo	15/06/2016 15h
7	António Salomão Chipanga	Eleições em Moçambique e o Direito Eleitoral Interno	Magnífico Reitor	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Aurélio João Mendiante	Prof. Doutor Teodoro Waty	Prof. Doutor Paz Ferreira	16/06/2016 15h

Doc. 18



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

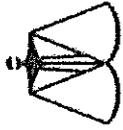
Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

## PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

### Solicitação de Admissão

*(Reunião do Conselho Científico de Janeiro de 2016)*

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Supervisor	Aceitação do Professor Supervisor	Dívida de Propinas
SÉRGIO ALEXANDRE DE MORAES BRAGA JUNIOR	Pós-Doutoramento em Direito-Especialidade de Ciências Jurídico-Económicas	"A atuação do Estado na gestão livre seus instrumentos regulatórios".	Prof. Doutor Fernando Araújo	Sim.	Não.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

## PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

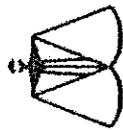
Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico Janeiro.2016)

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas
FABIANO ANDRÉ DE SOUZA MENDONÇA (Aluno nº25483)	PÓS-DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	<i>"Direitos Humanos Plurifuncionais: teoria do desenvolvimento como princípio de amplo acesso não discriminatório às políticas públicas".</i>	Prof. Doutor Fernando Araújo	Sim. "Bom"	Não.

De. 19

Dea. 20



Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

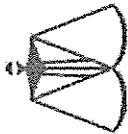
## PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO

Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico janeiro.2016)

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas
RICARDO LUPION GARCIA	PÓS-DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	"Interpretação de Contratos Empresariais".	Prof. Doutor Fernando Araújo	Sim. "Muito Bom"	Não.

Doc. 21



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

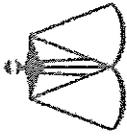
Divisão Académica  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

## PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

### Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico de Janeiro 2 016)

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema Relatório	Professor Orientador	Parecer do Professor Orientador	Dívida de Propinas	Classificação sugerida
GISELA MARIA BESTER (ALUNA Nº12346138)	PÓS-DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	<i>"Contratações Públicas Sustentáveis: Contributos dos Modelos Portugues e do Direito Comunitário Europeu para o Aprimoramento da Experiência Brasileira em Promocão do Desenvolvimento Nacional Sustentável".</i>	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva	Sim.	Não.	Muito Bom.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

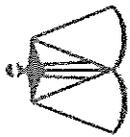
Dec. 22

## PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO

### Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico de Janeiro 2 016)

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas	Classificação sugerida
JOSÉ MARCELO MENEZES VIGLIAR (ALUNO Nº12346471)	PÓS-DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	"O Ónus de Afirmar na Estrutura do devido Processo Legal".	Profª Doutora Paula Costa e Silva	Sim.	Não.	Muito Bom.



Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO

Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico Janeiro.2016)

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas
VICTOR GAMEIRO DRUMMOND (Aluno nº25693)	PÓS- DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- CIVIS	"Em busca do "juiz plagiador": contribuições para uma teoria da decisão baseada na hermenêutica jurídica sob o olhar do direito de autor".	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão	Sim. "Muito Bom"	Não.